

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1

CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	Nota 1	171.870.598,00	172.898.589,79	177.572.238,85	4.673.649,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		6.251.890,00	6.251.890,00	7.910.505,48	1.658.615,48
Impostos		5.901.890,00	5.901.890,00	7.514.329,72	1.612.439,72
Taxas		350.000,00	350.000,00	396.175,76	46.175,76
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		26.804.973,00	26.804.973,00	23.871.000,88	-2.933.972,12
Contribuições Sociais		25.463.973,00	25.463.973,00	22.571.498,33	-2.892.474,67
Contribuições Econômicas		10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		1.331.000,00	1.331.000,00	1.299.502,55	-31.497,45
RECEITA PATRIMONIAL		1.454.000,00	1.454.000,00	2.267.148,18	813.148,18
Valores Mobiliários		1.454.000,00	1.454.000,00	2.267.148,18	813.148,18
RECEITA DE SERVIÇOS		120.000,00	120.000,00	86.597,62	-33.402,38
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		100.000,00	100.000,00	78.214,31	-21.785,69
Serviços e Atividades referentes à Saúde		10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
Outros Serviços		10.000,00	10.000,00	8.383,31	-1.616,69
TRANSFERENCIAS CORRENTES		136.346.735,00	137.374.726,79	142.178.553,15	4.803.826,36
Transferências da União e de suas Entidades		87.752.235,00	88.780.226,79	98.877.341,26	10.097.114,47
Transferências do Estado e de suas Entidades		16.555.000,00	16.555.000,00	15.117.536,57	-1.437.463,43
Transferências do Município e suas Entidades		445.500,00	445.500,00	0,00	-445.500,00
Transferências de Outras Instituições Públicas		31.594.000,00	31.594.000,00	28.183.675,32	-3.410.324,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		893.000,00	893.000,00	1.258.433,54	365.433,54
Indenizações, Restituições e ressarcimentos		209.000,00	209.000,00	873.505,46	664.505,46
Demais Receitas Correntes		684.000,00	684.000,00	384.928,08	-299.071,92
RECEITAS DE CAPITAL (II)	Nota 2	2.088.000,00	2.088.000,00	4.887.655,86	2.799.655,86
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		2.088.000,00	2.088.000,00	4.887.655,86	2.799.655,86
Transferências da União e suas Entidades		1.861.000,00	1.861.000,00	3.853.134,80	1.992.134,80
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		227.000,00	227.000,00	1.034.521,06	807.521,06
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	Nota 3	173.958.598,00	174.986.589,79	182.459.894,71	7.473.304,92
REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)		173.958.598,00	174.986.589,79	182.459.894,71	7.473.304,92
DÉFICIT (VI)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)		173.958.598,00	174.986.589,79	182.459.894,71	7.473.304,92
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Nota 4	0,00	0,00	0,00	0,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	0,00	0,00

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII) Nota 5	157.004.560,00	165.371.274,85	158.192.768,64	156.500.953,60	154.982.280,44	7.178.506,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	112.793.175,00	101.056.246,08	97.450.671,47	97.426.349,71	96.672.157,72	3.605.574,61
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	526.000,00	70.100,00	66.199,44	66.199,44	66.199,44	3.900,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.685.385,00	64.244.928,77	60.675.897,73	59.008.404,45	58.243.923,28	3.569.031,04
DESPESAS DE CAPITAL (IX) Nota 6	13.265.125,00	9.615.314,94	7.942.260,36	7.699.479,25	7.416.327,90	1.673.054,58
INVESTIMENTOS	10.029.625,00	5.251.414,94	4.212.502,55	4.022.099,24	3.747.716,24	1.038.912,39
INVERSÕES FINANCEIRAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.230.500,00	4.363.900,00	3.729.757,81	3.677.380,01	3.668.611,66	634.142,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	3.688.913,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X) Nota 7	173.958.598,00	174.986.589,79	166.135.029,00	164.200.432,85	162.398.608,34	8.851.560,79
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	173.958.598,00	174.986.589,79	166.135.029,00	164.200.432,85	162.398.608,34	8.851.560,79
SUPERÁVIT (XIV)	0,00	0,00	16.324.865,71	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	173.958.598,00	174.986.589,79	182.459.894,71	164.200.432,85	162.398.608,34	8.851.560,79
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Nota 8	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	11.475,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.475,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.211,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.211,51
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.226,00	8.226,00	8.226,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	8.226,00	8.226,00	8.226,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.475,51	8.226,00	8.226,00	8.226,00	0,00	11.475,51

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS Nota 9	INSCRITOS		PAGOS (C)	CANCELADOS (d)	SALDO JAN A DEZ 2025
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	2.322.756,03	2.992.432,15	2.003.753,76	0,00	3.311.434,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.305.933,03	2.573.216,03	2.003.753,76	0,00	2.875.395,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.169,05	0,00	0,00	0,00	7.169,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.653,95	419.216,12	0,00	0,00	428.870,07
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.322.756,03	2.992.432,15	2.003.753,76	0,00	3.311.434,42

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 3

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b-c)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	21.417.528,00	21.417.528,00	18.457.991,43	-2.959.536,57
RECEITAS CORRENTES	21.417.528,00	21.417.528,00	18.457.991,43	-2.959.536,57
7200.00.0. CONTRIBUIÇÕES (INTRA)	21.417.528,00	21.417.528,00	18.457.991,43	-2.959.536,57
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.728.000,00	13.085.835,45	12.280.031,75	12.280.031,75	11.865.008,62	805.803,70
DESPESAS CORRENTES	17.728.000,00	13.085.835,45	12.280.031,75	12.280.031,75	11.865.008,62	805.803,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.728.000,00	13.085.835,45	12.280.031,75	12.280.031,75	11.865.008,62	805.803,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

Prefeitura Municipal de Itambé
Estado de Pernambuco

Notas Explicativas ao
Balanco Orçamentário
Municipal

Demonstração Contábil Consolidada
Resolução N° 300/2025

2025

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

Conforme Anexo X da Resolução 300/2025

O Balanço Orçamentário, definido no art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, apurando o resultado orçamentário do exercício financeiro.

Por força do disposto no art. 35 da mesma lei, no Balanço Orçamentário somente são registradas as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício financeiro.

O regramento dado pela NBC TSP 11, editada pelo Conselho Federal de Contabilidade, impõe o detalhamento em níveis relevantes de análise e o confronto entre orçamento inicial e as suas alterações com a execução orçamentária.

A demonstração ora apresentada evidencia as receitas e despesas intra orçamentárias, em conformidade ao que determina a IPC nº 07, atualizada e republicada pela Secretaria do Tesouro Nacional em 01/2020.

A Prefeitura Municipal de Itambé concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo

12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da

despesa). No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 11ª edição.

No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Município é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.

As entidades públicas abrangidas pela Demonstração são

Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Previdência Social, Fundo de Educação e Câmara Municipal de Vereadores.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários.

Nota 1) RECEITA CORRENTE: A previsão inicial de arrecadação de receitas correntes da entidade para o exercício foi de R\$ 171.870.598,00 (Cento e setenta e um milhões, oitocentos e setenta mil, quinhentos e noventa e oito reais). Houve uma atualização na previsão para o saldo de R\$ 172.898.589,79 (Cento e setenta e dois milhões, oitocentos e noventa e oito mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos). Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 177.572.238,85 (Cento e setenta e sete milhões, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e trinta e oito reais e oitenta e cinco centavos), o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 5.701.640,85 (Cinco milhões, setecentos e um mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e cinco centavos) em relação à previsão inicial. Em relação à previsão atualizada, houve um superávit de arrecadação de R\$ 4.673.649,06 (Quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil, seiscentos e quarenta e nove reais e seis centavos).

Nota 2) RECEITA DE CAPITAL: A previsão inicial de arrecadação de receitas de capital foi de R\$ 2.088.000,00 (Dois milhões e oitenta e oito mil reais). Foi arrecadado R\$ 4.887.655,86 (Quatro milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), o que representa

um superávit de arrecadação de capital de R\$ 2.799.655,86 (Dois milhões, setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) em relação à previsão inicial, que representa o mesmo indicativo em relação à previsão atualizada, pois não houve alteração.

Nota 3) TOTAL DAS RECEITAS: O total de receitas previstas para o exercício, conforme Lei Orçamentária Anual, foi de R\$ 173.958.598,00 (Cento e setenta e três milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e noventa e oito reais). A previsão das receitas atualizada com Recursos de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres e Excesso de Arrecadação houve alteração passando para o montante de R\$ 174.986.589,79 (Cento e setenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos). O valor arrecadado no exercício foi de R\$ 182.459.894,71 (Cento e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos), gerando um superávit de arrecadação de R\$ 7.473.304,92 (Sete milhões, quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e quatro reais e noventa e dois centavos) em relação à previsão atualizada. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação entre a previsão atualizada e a receita arrecadada foi de 104,27% em relação à previsão inicial.

Nota 4) SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: Não foram utilizados saldos de exercício anteriores referente a superávit financeiro ou reabertura de créditos adicionais.

Nota 5) DESPESAS CORRENTES: As despesas correntes fixadas para o exercício foram de R\$ 157.004.560,00 (Cento e cinquenta e sete milhões, quatro mil, quinhentos e sessenta reais), atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 165.371.274,85 (Cento e sessenta e cinco milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 158.192.768,64 (Cento e cinquenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos). As liquidações totalizaram

R\$ 156.500.953,60 (Cento e cinquenta e seis milhões, quinhentos mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), sendo pagos o montante de R\$ 154.982.280,44 (Cento e cinquenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos), restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 7.178.506,21 (Sete milhões, cento e setenta e oito mil, quinhentos e seis reais e vinte e um centavos).

Nota 6) DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital fixadas somam R\$ 13.265.125,00 (Treze milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, cento e vinte e cinco reais), com as alterações orçamentárias tem-se o valor de R\$ 9.615.314,94 (Nove milhões, seiscentos e quinze mil, trezentos e quatorze reais e noventa e quatro centavos), o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 7.942.260,36 (Sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, duzentos e sessenta reais e trinta e seis centavos). As liquidações totalizaram R\$ 7.699.479,25 (Sete milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos), sendo pagos o montante de R\$ 7.416.327,90 (Sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, trezentos e vinte e sete reais e noventa centavos), restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 1.673.054,58 (Um milhão, seiscentos e setenta e três mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Nota 7) TOTAL DAS DESPESAS: A despesa total autorizada foi de R\$ 173.958.598,00 (Cento e setenta e três milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e noventa e oito reais) sem saldo para Reserva do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Somando-se os créditos adicionais por Recursos de Convênios e Outros Instrumentos Congêneres, Excesso de Arrecadação e Superávit Financeiro, tem-se o valor de R\$ 174.986.589,79 (Cento e setenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e seis mil, quinhentos e oitenta e nove reais e setenta e nove centavos) da previsão atualizada. O valor total empenhado foi de R\$ 166.135.029,00 (Cento e sessenta e seis milhões, cento e trinta e cinco

mil, vinte e nove reais), o liquidado R\$ 164.200.432,85 (Cento e sessenta e quatro milhões, duzentos mil, quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos), e o pago R\$ 162.398.608,34 (Cento e sessenta e dois milhões, trezentos e noventa e oito mil, seiscentos e oito reais e trinta e quatro centavos). A economia orçamentária foi de R\$ 8.851.560,79 (Oito milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, quinhentos e sessenta reais e setenta e nove centavos). O coeficiente de execução foi de 94,94% em relação à dotação atualizada.

Resultado Orçamentário

No exercício financeiro de 2025, o Município arrecadou receitas no total de R\$ 182.459.894,71 (Cento e oitenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos) e executou despesas no montante de R\$ 166.135.029,00 (Cento e sessenta e seis milhões, cento e trinta e cinco mil, vinte e nove reais), incluindo aquelas provenientes de superávit financeiro, registrando um resultado orçamentário superavitário de R\$ 16.324.865,71 (Dezesseis milhões, trezentos e vinte e quatro mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Quadro de Nota Explicativa 01	Ano/Valor	
	2025	2024
Total da Receita Arrecadada	R\$ 182.459.894,71	R\$ 150.866.307,76
Total da Despesa Empenhada	R\$ 166.135.029,00	R\$ 151.583.532,61
Superavit/Deficit Orçamentário	16.324.865,71	- 717.224,85

Alterações Orçamentárias e Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.

Durante a execução do orçamento público houve necessidade de ajuste na programação orçamentária originalmente aprovado pelo Poder Legislativo, através da Lei Orçamentária Anual n.º 1.973/2024.

As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo, nos termos exigidos no art. 43 da Lei Federal n.º 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal.

Sinteticamente, no exercício financeiro de 2024, as alterações orçamentárias decorrentes da abertura de créditos adicionais têm a seguinte composição:

Especificação	Recursos Utilizados como Fonte			Total
	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotações	
Alterações Orçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 1.027.991,79	R\$ 42.186.524,19	43.214.515,98
Total	-	-	42.186.524,19	43.214.515,98

Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário).

Tipos de Crédito	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesa Empenhada (f)	Despesa Liquidada (g)	Despesa paga (h)	Saldo da dotação (i)=(e-f)
Inicial	173.958.598,00	170.997.958,62	162.557.248,51	160.949.201,47	159.197.561,47	8.440.710,11
Suplementares	0,00	2.129.871,17	1.841.107,27	1.840.685,15	1.828.300,64	288.763,90
Especiais	0,00	1.858.760,00	1.736.673,22	1.410.546,23	1.372.746,23	122.086,78
Extraordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	173.958.598,00	174.986.589,79	166.135.029,00	164.200.432,85	162.398.608,34	8.851.560,79

Ao longo do exercício não houve a realização de créditos extraordinários.

A utilização de recursos provenientes do excesso de arrecadação provenientes de emendas promoveu um incremento de R\$ 1.027.991,79 (Um Milhão e Vinte e Sete Mil e Novecentos e Noventa e Um Reais e Setenta e Nove Centavos) no total das despesas originalmente autorizadas pela Lei Orçamentária Anual.

Destaca-se que a utilização dos recursos orçamentários observou-se o disposto do art. 8.º da Lei Complementar n.º 101/2000, sendo suplementadas as fontes de recursos de acordo com as respectivas vinculações constitucionais, legais e contratuais, inclusive com a regra de transição estabelecida pela Resolução TCE/PE 129/2021.

Inscrição de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, sendo classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Por sua vez, os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até 31 de Dezembro/2025.

A execução orçamentária do município, no exercício financeiro de 2025, resultou na inscrição de Restos a Pagar no montante de R\$ 3.736.420,66 (Três Milhões e Setecentos e Trinta e Seis Mil e Quatrocentos e Vinte Reais e Sessenta e Seis Centavos), classificados conforme tabela abaixo, segregados em Restos a Pagar Processados no valor de R\$ 1.801.824,51 (Um Milhão e Oitocentos e Um Mil e Oitocentos e Vinte e Quatro Reais e Cinquenta e Um Centavos) e de Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 1.934.596,15 (Um Milhão e Novecentos e Trinta e Quatro Mil e Quinhentos e Noventa e Seis Reais e Quinze Centavos):

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS NO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS NO EXERCÍCIO
DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.691.815,04	DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.518.673,16
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 24.321,76	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 754.191,99
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	Juros e Encargos da Dívida	R\$ -
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.6687.493,28	Outras Despesas Correntes	R\$ 764.481,77
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 242.781,11	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 283.151,35
Investimentos	R\$ 190.403,31	Investimentos	R\$ 274.383,00
Inversões Financeiras	R\$ -	Inversões Financeiras	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ 52.377,80	Amortização da Dívida	R\$ 8.768,35
TOTAL	R\$ 1.934.596,15	TOTAL	R\$ 1.801.824,51

Nota 8) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em anos anteriores somaram R\$ 11.475,51 (Onze mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e um centavos). Os restos a pagar inscritos em

31 de dezembro do exercício anterior totalizaram R\$ 8.226,00 (Oito mil, duzentos e vinte e seis reais). Foi liquidado no exercício o valor de R\$ 8.226,00 (Oito mil, duzentos e vinte e seis reais), e pago R\$ 8.226,00 (Oito mil, duzentos e vinte e seis reais).

Não houve cancelamento, restando de saldo o valor de R\$ (Valor não informado no texto), relativo a empenhos ao qual não lastro contratual ou vigência estabelecida no exercício de 2025.

Nota 9) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 2.322.756,03 (Dois milhões, trezentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e seis reais e três centavos), e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, R\$ 2.992.432,15 (Dois milhões, novecentos e noventa e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quinze centavos). Deste montante foram pagos R\$ 2.003.753,76 (Dois milhões, três mil, setecentos e cinquenta e três reais e setenta e seis centavos) e não houve cancelados, restando de saldo a pagar R\$ 3.311.434,42 (Três milhões, trezentos e onze mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e dois centavos).

Execução de Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores e procedimentos adotados para RPNP Liquidados

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	11.475,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.475,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	264,00	0,00	0,00	0,00	0,00	264,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.211,51	0,00	0,00	0,00	0,00	11.211,51
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	8.226,00	8.226,00	8.226,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	8.226,00	8.226,00	8.226,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.475,51	8.226,00	8.226,00	8.226,00	0,00	11.475,51

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT			
	(a)	(b)	(C)	(d)	JAN A DEZ 2025
DESPESAS CORRENTES	2.322.756,03	2.992.432,15	2.003.753,76	0,00	3.311.434,42
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.305.933,03	2.573.216,03	2.003.753,76	0,00	2.875.395,30
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.169,05	0,00	0,00	0,00	7.169,05
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.653,95	419.216,12	0,00	0,00	428.870,07
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.322.756,03	2.992.432,15	2.003.753,76	0,00	3.311.434,42

Os saldos dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores e evidenciados nos Anexos I que acompanham o Balanço Orçamentário, em 31 de dezembro de 2025, corresponderam ao valor de R\$ 3.322.909,93 (Três milhões, trezentos e vinte e dois mil, novecentos e nove reais e noventa e três centavos), que adicionado às inscrições decorrentes da execução orçamentária de 2025, R\$ 3.736.420,66 (Três Milhões e Setecentos e Trinta e Seis Mil e Quatrocentos e Vinte Reais e Sessenta e Seis Centavos), totaliza a quantia de R\$ 7.059.330,59 (Sete Milhões e Cinquenta e Nove Mil e Trezentos e Trinta Reais e Cinquenta e Nove Centavos).

Os valores inscritos em RPNP que tenham sido liquidados em exercícios posteriores aos de inscrição e não pagos recebem, para efeitos contábeis e fiscais, o tratamento de RPP, conforme preconizado pelo Manual de Demonstrativos Fiscais da STN.

Não houve saldo nessa condição inscrito pois o RPNP liquidado durante o exercício foi efetivamente pago.

Os valores de RPNP inscritos em exercícios anteriores ao de 2025 que não tenham sido liquidados e que não foram cancelados permanecem demonstrados como RPNP no exercício seguinte no valor de R\$ 11.475,51(Onze Mil e Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Um Centavos).

Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando:

Para fins de melhor evidenciação das Receitas e Despesas Intra-Orçamentárias constantes dos quadros complementares apresentamos os seguintes quadros abaixo com a composição de Receitas (a) e Despesas (b):

Para as receitas: Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receita Realizada e o Saldo a Realizar;

ANEXO A

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (b-c)
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	21.417.528,00	21.417.528,00	18.457.991,43	-2.959.536,57
RECEITAS CORRENTES	21.417.528,00	21.417.528,00	18.457.991,43	-2.959.536,57
7200.00.0. CONTRIBUIÇÕES (INTRA)	21.417.528,00	21.417.528,00	18.457.991,43	-2.959.536,57
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00

Para as despesas: Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo da Dotação.

ANEXO B

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.728.000,00	13.085.835,45	12.280.031,75	12.280.031,75	11.865.008,62	805.803,70
DESPESAS CORRENTES	17.728.000,00	13.085.835,45	12.280.031,75	12.280.031,75	11.865.008,62	805.803,70
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.728.000,00	13.085.835,45	12.280.031,75	12.280.031,75	11.865.008,62	805.803,70
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Conciliação com os valores dos fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Foram adotados procedimentos de conciliação entre os valores apresentados no fluxo de Caixa Líquido com aqueles referendados no Balanço Orçamentário havendo compatibilidade entre as informações prestados nos demonstrativos, conforme print abaixo:

5.1 ANÁLISE DA CONSISTÊNCIA DOS VALORES EMPENHADOS PAGOS (DESPESA + RP)				
DEM FLUXOS DE CAIXA	VALOR	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	VALOR	DIFERENÇA
Pessoal e Demais Despesas	141.611.517,96	Despesas Orçamentárias Pagas	162.398.608,34	
Juros e Encargos da Dívida	0,00	Restos a Pagar Não Processados Pagos	8.226,00	
Transferências Concedidas	15.308.316,80	Restos a Pagar Processados Pagos	2.003.753,76	
Desembolso de Investimentos + Financiamentos	7.424.553,90			
Total	164.344.388,66	Total	164.410.588,10	0,00

9.2 ANÁLISE DA RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS REALIZADAS (BAL ORÇAMENTÁRIO x DEM FLUXOS DE CAIXA)				
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	VALOR	DEM FLUXOS DE CAIXA	VALOR	DIFERENÇA
Receitas Correntes Realizadas	177.572.238,85	Ingressos de Atividades Operacionais	240.352.282,12	
Receitas de Capital Realizadas	4.887.655,86	Outros Ingressos Operacionais (incluindo TF Receb)	57.892.387,41	
		Ingressos de Investimentos - Outros Ingressos (1)	0,00	
		Ingressos de Financiamentos - Outros Ingressos (1)	0,00	
Receitas Orçamentárias Realizadas	182.459.894,71	Total	182.459.894,71	0,00

(1) Outros ingressos de natureza extraorçamentária

O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social.

No sentido de melhor esclarecer os pontos do superávit orçamentário da municipalidade, indicamos que resultado orçamentário do RPPS foi deficitário em R\$ 1.120.459,46 (Um Milhão e Cento e Vinte Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Nove Reais e Quarenta e Seis Centavos).

ISOLADO: 5 - ITAMBEPREV

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	26.666.973,00	26.666.973,00	23.644.146,86	-3.022.826,14
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	25.463.973,00	25.463.973,00	22.571.498,33	-2.892.474,67
Contribuições Sociais	614.000,00	614.000,00	720.720,94	106.720,94
RECEITA PATRIMONIAL	614.000,00	614.000,00	720.720,94	106.720,94
Valores Mobiliários	589.000,00	589.000,00	351.927,59	-237.072,41
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.000,00	85.000,00	797,89	-84.202,11
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	504.000,00	504.000,00	351.129,70	-152.870,30
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)	26.666.973,00	26.666.973,00	23.644.146,86	-3.022.826,14
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	26.666.973,00	26.666.973,00	23.644.146,86	-3.022.826,14
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	1.120.459,46	0,00
TOTAL (VII) = (V+VI)	26.666.973,00	26.666.973,00	24.764.606,32	-3.022.826,14

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit.

Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo.

Este demonstrativo evidencia em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior.

Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.



*Atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento
da Demonstração do Fluxo de Caixa*

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	EXERCÍCIO ATUAL
INGRESSOS		240.352.282,12
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		35.393.685,70
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.910.505,48
Receita de Contribuições		23.871.000,88
Outras Receitas Derivadas		0,00
Receita Patrimonial		0,00
Receita Agropecuária		0,00
Receita Industrial		0,00
Receita de Serviços		86.597,62
Outras Receitas Originárias		1.258.433,54
Remuneração das Disponibilidades		2.267.148,18
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	B	147.066.209,01
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS		57.892.387,41
Ingressos Extraorçamentários		21.251.453,90
Transferências Financeiras Recebidas		36.640.933,51
DESEMBOLSOS (Incluídos pago de RP)		217.847.427,89
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	C	141.611.517,96
JURÔS E ENCARGOS DA DÍVIDA	D	66.199,44
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	B	15.308.316,80
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS		60.861.393,69
Desembolsos Extra-Orçamentários		24.220.460,18
Transferências Financeiras Concedidas		36.640.933,51
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		22.504.854,23

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL
INGRESSOS		0,00
ALIENAÇÃO DE BENS		0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS		0,00
DESEMBOLSOS		3.755.942,24
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.755.942,24
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,00
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS		0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		-3.755.942,24

FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL
INGRESSOS		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES		0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDOS		0,00
DESEMBOLSOS		3.668.611,66
AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		176.771,98
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS		3.491.839,68
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		-3.668.611,66

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	Nota	EXERCÍCIO ATUAL
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL		10.385.502,70
(+)GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)		15.080.300,33
(=)CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		25.465.803,03

**PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP)
CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
-------------------	--	----------	---	------------

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1

CONSOLIDADO

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	Nota 1	182.459.894,71	150.866.307,76	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	Nota 2	166.135.029,00	151.583.532,61
RECURSOS NÃO VINCULADOS		70.992.880,49	63.355.710,02	RECURSOS NÃO VINCULADOS		72.149.838,47	39.902.462,37
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		87.822.867,36	39.731.333,38	RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		69.220.584,21	69.219.673,75
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		45.899.889,68	41.578.224,03	RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		44.807.920,06	48.298.863,53
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		34.400.293,60	17.676.245,73	RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		21.110.538,83	37.522.402,89
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.331.690,26	1.297.960,45	RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.547.891,59	1.270.938,37
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00
DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS		4.887.649,16	0,00	DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS		0,00	0,00
DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS		0,00	0,00	DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS		0,00	0,00
OUTRAS VINCULAÇÕES		1.303.344,66	3.068.535,35	OUTRAS VINCULAÇÕES		1.754.233,73	2.332.026,71
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		23.644.146,86	23.889.632,18	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		24.764.606,32	22.256.838,74
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		21.696.141,55	23.889.632,18	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		24.079.359,91	22.256.838,74
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		0,00	0,00	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		1.948.005,31	0,00	RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		685.246,41	0,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	Nota 3	36.640.933,51	33.714.077,08	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	Nota 3	36.640.933,51	33.714.077,08
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		36.640.933,51	12.496.308,21	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00
REPASSE RECEBIDO		36.640.933,51	12.496.308,21	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RPPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA APORTES DE RECURSOS PARA O RGPS		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		36.640.933,51	33.714.077,08
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES (SPSM)		0,00	0,00	REPASSE CONCEDIDO		36.640.933,51	33.714.077,08
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS		0,00	0,00	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
RESGATES DE INVESTIMENTOS DE APLICAÇÕES		0,00	0,00	TRANSFERÊNCIAS PARA INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		0,00	0,00
DESBLOQUEIO DE VALORES EM CAIXA		0,00	0,00	DESBLOQUEIO DE VALORES EM CAIXA		0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	Nota 4	24.987.874,56	18.397.726,66	PAGAMENTOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	Nota 5	26.232.439,94	16.717.837,74
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR		3.736.420,66	3.000.658,15	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR		2.011.979,76	3.372.548,15

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 2

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		0,00	8.226,00	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		8.226,00	524.382,37
RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.934.596,15	0,00	RP PROCESSADOS PAGOS		2.003.753,76	2.848.165,78
INSCRIÇÃO DE RP PROCESSADOS		0,00	2.992.432,15	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>23.787.319,62</u>	<u>13.345.289,59</u>
RP PROCESSADOS - INSCRITOS		0,00	0,00	CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00
RP PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.801.824,51	0,00	RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		6.990.624,90	2.446.358,22
<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS</u>		<u>21.209.398,90</u>	<u>15.479.127,52</u>	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.149.225,46	2.279.313,89
CONSIGNAÇÕES		0,00	0,00	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		77.210,66	0,00
RPPS - RETENÇÕES SOBRE VENCIMENTOS E VANTAGENS		6.796.862,76	2.529.358,06	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		3.988.428,44	2.194.197,13
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS		2.538.303,26	2.532.385,60	ISS		153.313,10	3.369,00
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES		77.210,66	0,00	PENSAO ALIMENTICIA		162.109,74	123.759,45
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF		4.543.598,51	4.033.311,64	RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		158.556,60	124.183,50
RESSARCIMENTOS E RESTITUIÇÕES		21.435,05	0,00	RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		5.760.525,01	5.224.171,37
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSOS		33.684,20	0,00	OUTROS CONSIGNATARIOS		4.336.925,74	947.478,03
ISS		173.887,06	166.473,73	OUTRAS CONSIGNAÇÕES		1.167,51	0,00
PENSAO ALIMENTICIA		157.542,88	133.048,89	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		9.119,91	2.459,00
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES		177.087,71	123.860,81	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		112,55	0,00
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		6.254.674,91	4.947.784,21	<u>OUTROS PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>433.140,56</u>	<u>0,00</u>
OUTROS CONSIGNATARIOS		316.874,93	928.386,57	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		270.256,16	0,00
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		10.395,95	2.459,00	CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		162.884,40	0,00
OUTRAS CONSIGNAÇÕES		778,34	0,00	MATERNIDADE PAGO			
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		52.105,50	0,00	SALDOS P/O EXERC. SEGUINTE	Nota 6	25.465.803,03	10.385.502,70
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		13.118,52	0,00	<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>23.796.613,35</u>	<u>2.535.961,33</u>
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		41.838,66	0,00	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00
<u>OUTROS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS</u>		<u>42.055,00</u>	<u>0,00</u>	CAIXA		0,00	27.252,10
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		42.055,00	0,00	CONTA ÚNICA		22.439.405,78	0,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO		0,00	0,00	BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		0,00	2.508.709,23
MATERNIDADE PAGO				APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		1.357.207,57	0,00
SALDOS DO EXERC. ANTERIOR	Nota 6	10.385.502,70	9.422.838,63	<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (RPPS)</u>		<u>1.669.189,68</u>	<u>7.849.541,37</u>
<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (EXCETO RPPS)</u>		<u>3.077.413,68</u>	<u>3.155.532,96</u>	CONTA ÚNICA RPPS		1.669.189,68	7.849.541,37
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		0,00	0,00	<u>DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
CAIXA		18.178,74	4.803,15	TOTAL		254.474.205,48	212.400.950,13
CONTA ÚNICA		3.059.234,94	0,00				
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS		0,00	3.150.729,81				
<u>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (RPPS)</u>		<u>7.308.089,02</u>	<u>6.267.305,67</u>				
CONTA ÚNICA RPPS		7.308.089,02	6.267.305,67				

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO - MCASP
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 3

CONSOLIDADO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
<u>DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER</u>		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>				
TOTAL		254.474.205,48	212.400.950,13				

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

B) QUADRO ANEXO

DEZEMBRO(31/12/2025)

CONSOLIDADO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1

B) QUADRO ANEXO

ESPECIFICAÇÃO	Nota 7	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
		Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
RECURSOS NÃO VINCULADOS		84.594.785,53	13.601.905,04	70.992.880,49	75.766.720,13	12.411.010,11	75.766.720,13
		84.594.785,53	13.601.905,04	70.992.880,49	75.766.720,13	12.411.010,11	75.766.720,13
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)		87.822.867,36	0,00	87.822.867,36	39.731.333,38	0,00	39.731.333,38
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO		45.899.889,68	0,00	45.899.889,68	41.578.224,03	0,00	41.578.224,03
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE		34.400.293,60	0,00	34.400.293,60	17.676.245,73	0,00	17.676.245,73
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.331.690,26	0,00	1.331.690,26	1.297.960,45	0,00	1.297.960,45
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS		4.887.649,16	0,00	4.887.649,16	3.068.535,35	0,00	3.068.535,35
DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS VINCULAÇÕES		1.303.344,66	0,00	1.303.344,66	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS		23.644.146,86	0,00	23.644.146,86	23.889.632,18	0,00	23.889.632,18
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		21.696.141,55	0,00	21.696.141,55	23.889.632,18	0,00	23.889.632,18
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		1.948.005,31	0,00	1.948.005,31	0,00	0,00	0,00
TOTAL		196.061.799,75	13.601.905,04	182.459.894,71	163.177.317,87	12.411.010,11	150.866.307,76

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA

PREFEITO

ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER

CONTADOR CRC 017454/O-PE

ASSINADO DIGITALMENT

Prefeitura Municipal de Itambé
Estado de Pernambuco

Notas Explicativas ao
Balanco Financeiro Municipal

Demonstração Contábil Consolidada
Resolução N° 300/2025

2025

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Conforme Anexo da Resolução 300/2025

O Balanço Financeiro, exigido pelo art. 104 da Lei nº 4.320/1964, evidencia as receitas e despesas orçamentárias por fontes de recursos, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O demonstrativo foi escriturado em conformidade com os padrões estabelecidos no IPC nº 06 da STN. Segundo as regras estabelecidas não houve exclusão de contas de natureza intra, seja nas receitas e despesas, seja na movimentação patrimonial.

A Prefeitura Municipal de Itambé concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta

STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa). No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis

Orçamentários do MCASP 11ª edição.

No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.

Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extra orçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014.

Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 11ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00.

Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades das entidades municipais consolidadas.

No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MOD0 1 = Saldo para o Exercício Seguinte (-) Saldo do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício (Modo adotado)

MOD0 2 = Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extra orçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extra orçamentários = Resultado Financeiro do Exercício

Novas normas e políticas contábeis alteradas: Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFM decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFM. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Município é o de Regime Misto

(Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.

As entidades públicas abrangidas pela Demonstração são Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Previdência Social, Fundo de Educação e Câmara Municipal de Vereadores.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota (1) Ingressos Orçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos no seu valor de R\$ 182.459.894,71 (Cento e Oitenta e Dois Milhões e Quatrocentos e Cinquenta e Nove Mil e Oitocentos e Noventa e Quatro Reais e Setenta e Um Centavos) possui os seguintes detalhamentos:

**COMPARATIVO DA RECEITA PREVISTA/ARRECADADA
DE 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025**

Página 1

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA		ARRECADADA		SALDO A REALIZAR
		INICIAL	ATUAL	PERIODO	ACUMULADA	
1.500	Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc.1	73.553.525,00	73.553.525,00	70.992.880,49	70.992.880,49	2.560.644,51
1.540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Trans	32.119.000,00	32.119.000,00	28.519.807,35	28.519.807,35	3.599.192,65
1.541	Transferências do FUNDEB - Complementaçã	3.235.000,00	3.235.000,00	3.140.883,94	3.140.883,94	94.116,06
1.542	Transferências do FUNDEB - Complementaçã	3.415.000,00	3.415.000,00	8.839.788,35	8.839.788,35	-5.424.788,35
1.543	Transferências do FUNDEB - Complementaçã	1.000.000,00	1.000.000,00	159.366,33	159.366,33	840.633,67
1.546	Transferências do FUNDEB - Complementaçã	0,00	0,00	800.217,01	800.217,01	-800.217,01
1.550	Transferência do Salário-Educação (Exerc.Corr	2.226.000,00	2.226.000,00	2.671.045,02	2.671.045,02	-445.045,02
1.551	Transferências de Recursos do FNDE referen	60.000,00	60.000,00	2.007,79	2.007,79	57.992,21
1.552	Transferências de Recursos do FNDE referen	620.000,00	620.000,00	627.122,99	627.122,99	-7.122,99
1.553	Transferências de Recursos do FNDE Referen	100.000,00	100.000,00	140.337,18	140.337,18	-40.337,18
1.569	Outras Transferências de Recursos do FNDE (	2.586.000,00	2.586.000,00	0,00	0,00	2.586.000,00
1.570	Transferências do Governo Federal referentes	110.000,00	110.000,00	102.766,12	102.766,12	7.233,88
1.571	Transferências do Estado referentes a Convên	0,00	0,00	819.390,87	819.390,87	-819.390,87
1.599	Outros Recursos Vinculados à Educação (Exer	0,00	0,00	77.156,73	77.156,73	-77.156,73
1.600	Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS pn	17.756.000,00	18.783.991,79	26.541.216,38	26.541.216,38	-7.757.224,59
1.601	Transf.Fundo a Fundo de Recursos do SUS pn	247.000,00	247.000,00	422.761,06	422.761,06	-175.761,06
1.604	Transferências provenientes do Governo Fedee	3.830.000,00	3.830.000,00	3.700.884,60	3.700.884,60	129.115,40
1.605	Assistência financeira da União destinada à co	1.685.000,00	1.685.000,00	3.259.976,56	3.259.976,56	-1.574.976,56
1.621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos dc	197.000,00	197.000,00	100.000,00	100.000,00	97.000,00
1.659	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Exerc.C	0,00	0,00	375.455,00	375.455,00	-375.455,00
1.660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional	1.557.000,00	1.557.000,00	844.267,53	844.267,53	712.732,47
1.661	Transferência de Recursos dos Fundos Estadu	335.000,00	335.000,00	487.422,73	487.422,73	-152.422,73
1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instru	415.000,00	415.000,00	150.134,80	150.134,80	264.865,20
1.701	Outras Transferências de Convênios ou Instru	111.000,00	111.000,00	0,00	0,00	111.000,00
1.704	Transferências da União Referentes a Comper	0,00	0,00	577.514,36	577.514,36	-577.514,36
1.706	Transferência Especial da União (Exerc.Correr	0,00	0,00	3.960.000,00	3.960.000,00	-3.960.000,00
1.710	Transferência Especial dos Estados (Exerc.Co	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	-200.000,00
1.715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - I	105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00
1.716	Transferências Destinadas ao Setor cultural - L	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
1.719	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc	365.000,00	365.000,00	0,00	0,00	365.000,00
1.751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Si	1.331.000,00	1.331.000,00	1.303.344,66	1.303.344,66	27.655,34
1.800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Ca	26.067.513,00	26.067.513,00	21.696.141,55	21.696.141,55	4.371.371,45
1.802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Admi	599.460,00	599.460,00	1.948.005,31	1.948.005,31	-1.348.545,31
1.880	Recursos Próprios dos Consórcios (Exerc.Corr	322.100,00	322.100,00	0,00	0,00	322.100,00
1.899	Outros Recursos Vinculados (Exerc.Corrente)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
TOTAL		173.958.598,00	174.986.589,79	182.459.894,71	182.459.894,71	-7.473.304,92

Nota (2) Dispêndios Orçamentários

Por exigência do normativo legal estabelecido na Lei nº 4.320/1964 as despesas orçamentárias são evidenciadas no Balanço Financeiro pela fase do empenho, sendo que os valores empenhados e não pagos no exercício financeiro, portanto, inscritos em Restos a Pagar, são registrados como ingressos extra orçamentários para compensar a inclusão da despesa não paga e possibilitar o fechamento do fluxo.

Os dispêndios orçamentários, de igual forma aos ingressos orçamentários, são demonstrados de acordo com a fonte / destinação de uso dos recursos, no valor que totaliza de R\$ 166.135.029,00 (Cento e Sessenta e Seis Milhões e Cento e Trinta e Cinco Mil e Vinte e Nove Reais) de execução, cuja composição detalhada encontra-se evidenciada na tabela a seguir.

**COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA/REALIZADA
DE 01/01/2025 ATÉ 31/12/2025**

Página 1

	CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO PERÍODO ACUMULADO	LIQUIDADO PERÍODO ACUMULADO	PAGO PERÍODO ACUMULADO	A PAGAR PROC. NÃO PROC.
Fonte BTN	1.500	Recursos não Vinculados de Impostos (Exerc. Corrente)	78.296.987,30	73.283.527,31	72.487.858,35	71.098.310,48	1.389.547,87
Fonte STN	1.540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Exerc. Corrente)	32.447.751,95	31.613.081,21	31.106.077,38	31.083.484,58	22.592,80
Fonte STN	1.541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Exerc. Corrente)	3.672.753,90	2.995.222,28	2.995.222,28	2.994.192,57	1.029,71
Fonte STN	1.542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Exerc. Corrente)	6.080.062,65	5.990.883,97	5.890.539,18	5.890.539,18	0,00
Fonte STN	1.543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Exerc. Corrente)	2.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte BTN	1.550	Transferência do Salário-Educação (Exerc. Corrente)	1.045.409,50	840.595,87	795.964,32	793.980,36	1.983,96
Fonte STN	1.551	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Exerc. Corrente)	20.000,00	4.818,10	4.818,10	4.818,10	0,00
Fonte STN	1.552	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Exerc. Corrente)	1.436.157,74	1.403.652,40	1.330.038,48	1.326.632,38	3.406,10
Fonte STN	1.553	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Exerc. Corrente)	125.000,00	124.385,90	123.963,78	123.963,78	0,00
Fonte BTN	1.569	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Exerc. Corrente)	1.149.237,26	672.015,84	636.304,72	635.464,72	840,00
Fonte STN	1.570	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação (Educação) (Exerc. Corrente)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	1.600	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Exerc. Corrente)	12.774.889,47	12.325.517,99	12.325.490,49	12.317.626,19	7.864,30
Fonte STN	1.601	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estabulação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Exerc. Corrente)	799.806,77	765.806,83	765.806,83	674.756,83	91.050,00
Fonte STN	1.604	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao atendimento de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias (Exerc. Corrente)	4.983.849,93	4.772.672,10	4.772.672,10	4.772.672,10	0,00
Fonte STN	1.605	Assistência Transversal da Saúde destinada à complementação ao pagamento das peças salariais para profissionais de enfermagem (Exerc. Corrente)	3.010.896,00	2.978.223,25	2.978.223,25	2.703.642,79	274.580,46
Fonte STN	1.621	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (Exerc. Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	1.660	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Exerc. Corrente)	1.672.918,00	1.473.238,16	1.138.904,60	1.132.693,29	6.211,31
Fonte STN	1.661	Transferências de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Exerc. Corrente)	82.400,00	74.653,43	73.633,43	72.383,43	1.250,00
Fonte STN	1.700	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Exerc. Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte BTN	1.701	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Exerc. Corrente)	537.637,32	268.318,66	268.318,66	268.318,66	0,00
Fonte STN	1.706	Transferências Especiais da União (Exerc. Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	1.715	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2002 - Art. 8º - Anualidade (Exerc. Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	1.716	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2002 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura (Exerc. Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	1.719	Transferências da Política Nacional de Apoio ao Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022 (Exerc. Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	1.751	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - CPPSP (Exerc. Corrente)	1.779.700,00	1.754.233,73	1.751.664,93	1.751.664,93	0,00
Fonte BTN	1.800	Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) (Exerc. Corrente)	24.208.600,00	24.079.359,91	24.079.359,91	24.079.359,91	0,00
Fonte BTN	1.802	Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (Exerc. Corrente)	746.810,00	685.246,41	646.996,41	646.996,41	0,00
Fonte BTN	1.880	Recursos Próprios dos Consórcios (Exerc. Corrente)	69.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	1.899	Outros Recursos Vinculados (Exerc. Corrente)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	2.540	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Exerc. Anterior)	33.312,00	28.575,65	28.575,65	27.107,65	1.468,00
Fonte STN	2.541	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Exerc. Anterior)	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte STN	2.542	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF (Exerc. Anterior)	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL			174.986.589,79	166.135.029,00	164.200.432,85	162.398.608,34	1.801.824,51

Nota (3) Transferências Recebidas e Concedidas

Os valores recebidos, ingressos de receitas própria do município, as transferências financeiras recebidas, como não poderiam deixar de ser, guardam inteira correlação com os valores transferidos, dispêndios. Ambos não estão demonstrados no Balanço Patrimonial Consolidado, assim como na Demonstração das Variações Patrimoniais, por força das determinações das IPC nº 04 e 05, respectivamente.

A distribuição do valor total que corresponde ao montante de R\$ 36.640.933,51 (Trinta e Seis Milhões e Seiscentos e Quarenta Mil e Novecentos e Trinta e Três Reais e Cinquenta e Um Centavos), conforme natureza do repasse encontra-se a seguir detalhada:

Transferencias Financeiras Recebida	Valor
Repasse Constitucional para o Poder Legislativo	
Repasse Constitucional para o Fundo Municipal de Saude	
Aportes para Cobertura do Déficit Financeiro - RPPS	
Transferências Recebidas para Execução Orçamentária	R\$ 36.640.933,51
Total	36.640.933,51

As transferências concedidas correspondem ao montante transferido pelo tesouro para as diversas unidades orçamentárias para operacionalização do sistema de unidade de tesouraria e caixa único e ainda aquelas, referentes aos repasses legais para educação, saúde e Poder Legislativo, bem assim os repasses para cobertura de déficit do RPPS, tendo alcançado o valor total de R\$ 36.640.933,51 (Trinta e Seis Milhões e Seiscentos e Quarenta Mil e Novecentos e Trinta e Três Reais e Cinquenta e Um Centavos) em 2025.

A distribuição do valor total, conforme natureza do repasse encontra-se a seguir detalhada:

Transferencias Financeiras Concedidas	Valor
Repasse Constitucional para o Poder Legislativo	R\$ 0,00
Repasse Constitucional para o Fundo Municipal de Saude	R\$ 0,00
Aportes para Cobertura do Déficit Financeiro - RPPS	R\$ 0,00
Transferências Concedida para Execução Orçamentária	R\$ 36.640.933,51
Total	36.640.933,51

Os valores recebidos, ingressos, como não poderiam deixar de ser, guardam inteira correlação com os valores transferidos, dispêndios. Ambos não estão demonstrados no Balanço Patrimonial Consolidado, assim como na Demonstração das Variações Patrimoniais, por força das determinações das IPC nº 04 e 05, respectivamente.

Nota (4) Ingressos Extra Orçamentários

Compreendem ingressos, a exceção da inscrição de restos a pagar, de caráter temporário, do qual o Município é mero agente depositário. Sua devolução não se sujeita à autorização legislativa e, portanto, não integram a Lei Orçamentária Anual.

Por serem constituídos por ativos financeiros recebíveis e passivos financeiros exigíveis os ingressos extra orçamentários, em geral, não provocam alterações na situação líquida patrimonial.

Os restos a pagar inscritos correspondem ao saldo das despesas orçamentárias empenhadas e não pagas no exercício financeiro de 2025, conforme registrado no Balanço Orçamentário e detalhado na tabela a seguir:

Recebimentos Extra-Orçamentários	
	Valor
Inscrição de Restos a Pagar Processados	R\$ 2.214.354,63
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 1.934.596,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 21.209.398,90
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	R\$ 42.055,00
Total	R\$ 25.400.404,68

Os depósitos restituíveis e outros recebimentos extra orçamentários correspondem aos ingressos de recursos, inclusive mediante retenções ocorridas sobre pagamentos efetuados pelo Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro.

Esses registros têm sua movimentação em contas dos grupos 1.1.3.2/1.2.1.2.1.02 – Tributos a Recuperar/Compensar; 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados; 1.1.3.8 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo e 2.1.8.8 – Valores Restituíveis do balancete analítico.

Ainda assim, apresentamos o **Quadro de Inscrição dos Restos a Pagar** segregados por sua natureza e tipo de inscrição:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS NO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS NO EXERCÍCIO
DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.691.815,04	DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.518.673,16
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 24.321,76	Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 754.191,99
Juros e Encargos da Dívida	R\$ -	Juros e Encargos da Dívida	R\$ -
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.6687.493,28	Outras Despesas Correntes	R\$ 764.481,77
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 242.781,11	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 283.151,35
Investimentos	R\$ 190.403,31	Investimentos	R\$ 274.383,00
Inversões Financeiras	R\$ -	Inversões Financeiras	R\$ -
Amortização da Dívida	R\$ 52.377,80	Amortização da Dívida	R\$ 8.768,35
TOTAL	R\$ 1.934.596,15	TOTAL	R\$ 1.801.824,51

Nota: o valor apresentado no balanço financeiro dos Restos a pagar processados apresenta uma diferença de R\$ 412.530,12 essa diferença corresponde a um valor descrito em uma entidade, mas não entregue informações a gestão durante a transição. Por tanto, reconhecimentos o montante de R\$ 1.801.824,51.

Nota (5) Dispêndios Extra Orçamentários

Compreendem dispêndios que não constam na Lei Orçamentária Anual, correspondendo às saídas de numerários decorrentes dos pagamentos de Restos a Pagar, devoluções ou recolhimento das obrigações que representaram ingressos extra orçamentários (passivos exigíveis financeiros) e antecipação de valores em cumprimento de exigência legal ou contratual (ativos recebíveis financeiros).

Os restos a pagar pagos correspondem ao saldo das despesas pagas dessa natureza, em consonância com as determinações da STN em relação à matéria, apostas no quadro de orientação de confecção deste balanço.

Apenas valores líquidos são inscritos em RPP. As retenções são consideradas orçamentariamente pagas no momento em que são escrituradas, seja na liquidação ou no pagamento e permanecem registradas nos passivos financeiros de movimentação compensatória. Essa sistemática está de acordo com as orientações da IPC nº 11 – Contabilização de Retenções.

Em resumo, os pagamentos extra-orçamentários ficam sintetizados no quadro abaixo:

Pagamentos Extra-Orçamentários	
	Valor
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	R\$ 2.003.753,76
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	R\$ 8.226,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 23.787.319,62
Outros Recebimentos Extra-Orçamentários	R\$ 433.140,56
Total	R\$ 26.232.439,94

Os depósitos restituíveis e outros pagamentos extra orçamentários correspondem aos dispêndios de recursos, inclusive mediante aos pagamentos de retenções efetuadas aos Órgãos e Entidades do Município, relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros, e que são registradas em contas do passivo exigível de caráter financeiro. Esses registros têm sua movimentação em contas dos grupos 1.1.3.2./1.2.1.2.1. – Tributos a Recuperar/Compensar; 1.1.3.5 – Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados; 1.1.3.8 – Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo e 2.1.8.8 – Valores

Restituíveis do balancete analítico.

Nota (6). Resultado Financeiro

O resultado financeiro apurado da entidade foi negativo na ordem de R\$ 15.080.300,33 (Quinze Milhões e Oitenta Mil e Trezentos Reais e Trinta e Três Centavos), gerando diminuição no saldo bruto dos recursos financeiros em relação ao saldo do exercício anterior.

Resultado Financeiro	
Especificação	Valor
(+) Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 25.465.803,03
(-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior	R\$ 10.385.502,70
(=) Resultado Financeiro do Exercício	15.080.300,33

Além do aporte de recursos previdenciários, esse resultado provém do aumento de restos a pagar inscritos em relação ao exercício anterior, cujos recursos permanecem no caixa para quitação no próximo exercício, aliado ao decréscimo da receita em contraposição ao aumento nominal da despesa total em relação ao exercício anterior.

Nota (7) – Detalhamento das Deduções da Receita Orçamentária

Pelo anexo, estamos evidenciando o detalhamento da dedução das receitas orçamentárias, representando o valor de R\$ 13.601.905,04 (Treze Milhões e Seiscentos e Um Mil e Novecentos e Cinco Reais e Quatro Centavos), conforme indicado abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita	Saldo (f=d-e)
RECURSOS NÃO VINCULADOS	84.594.785,53	13.601.905,04	70.992.880,49
	84.594.785,53	13.601.905,04	70.992.880,49
RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS)	87.822.867,36	0,00	87.822.867,36
RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	45.899.889,68	0,00	45.899.889,68
RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	34.400.293,60	0,00	34.400.293,60
RECURSOS VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.331.690,26	0,00	1.331.690,26
RECURSOS VINCULADOS À PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
DEMAIS VINCULAÇÕES DECORRENTES DE TRANSFERÊNCIAS	4.887.649,16	0,00	4.887.649,16
DEMAIS VINCULAÇÕES LEGAIS	0,00	0,00	0,00
OUTRAS VINCULAÇÕES	1.303.344,66	0,00	1.303.344,66
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS	23.644.146,86	0,00	23.644.146,86
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	21.696.141,55	0,00	21.696.141,55
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	1.948.005,31	0,00	1.948.005,31
TOTAL	196.061.799,75	13.601.905,04	182.459.894,71

**PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP)
CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
-------------------	--	----------	---	------------

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	Nota 1	35.493.486,18	15.492.718,08	PASSIVO CIRCULANTE	Nota 15	11.004.725,76	13.851.046,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 2	25.465.803,03	10.385.502,70	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	Nota 16	6.289.000,98	6.938.090,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		25.465.803,03	10.385.502,70	PESSOAL A PAGAR		365.930,97	1.284.473,16
CAIXA	F	0,00	18.178,74	PESSOAL A PAGAR	F	357.162,62	1.283.021,58
CONTA ÚNICA	F	22.439.405,78	3.059.234,94	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	F	0,00	1.451,58
CONTA ÚNICA RPPS	F	1.669.189,68	7.308.089,02	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	F	8.768,35	0,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL	F	1.357.207,57	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		5.923.070,01	5.653.617,63
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	Nota 3	582.102,53	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	241.840,28	688.155,52
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA		534.450,78	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	P	724.630,15	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS	P	534.450,78	0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	396.856,55	445.097,97
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		297.124,27	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	F	3.397.373,39	4.489.077,87
DEMAIS VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	297.124,27	0,00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS	P	1.094.503,80	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO		-249.472,52	0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	0,00	20.534,76
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	-160.335,24	0,00	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	F	65.848,33	8.734,00
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	-89.137,28	0,00	FGTS	F	98,25	98,25
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	Nota 4	1.761.471,82	5.230.407,97	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	F	1.919,26	1.919,26
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		48.376,73	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	Nota 17	366.086,91	12.400,30
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	X	48.376,73	0,00	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO		353.686,61	0,00
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER		1.451,58	1.451,58	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM TÍTULOS	P	353.686,61	0,00
DEPÓSITOS TRANSFERIDOS	P	1.451,58	1.451,58	JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - EXTERNO		12.400,30	12.400,30
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO		933.991,58	3.728.373,78	JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS EXTERNOS	F	12.400,30	12.400,30
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER - RPPS	P	0,00	90.983,46	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	Nota 18	370.160,00	-1.942.908,15
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER - RPPS	P	933.991,58	270.864,61	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		370.160,00	-1.942.908,15
CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER	P	0,00	3.366.525,71	FORNECEDORES NACIONAIS	F	736.758,68	-836.878,58
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		777.651,93	1.500.582,61	CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	F	-366.598,68	-1.106.029,57
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	F	0,00	9.297,94	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	Nota 19	275.516,46	307.585,24
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO	F	388.783,13	1.243.910,94	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		275.516,46	307.585,24
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE PAGO	F	388.868,80	247.373,73	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER	F	275.516,46	307.585,24
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	Nota 5	0,00	-123.192,59	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A CURTO PRAZO		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS		0,00	-123.192,59	PROVISÕES A CURTO PRAZO		0,00	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	P	0,00	-118.192,59	ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		3.703.961,41	8.535.878,11
(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS	P	0,00	-5.000,00	VALORES RESTITUIVEIS	Nota 20	3.664.836,89	8.535.878,11
ESTOQUES	Nota 6	7.684.108,80	0,00	CONSIGNAÇÕES	F	3.601.316,71	8.526.707,19
				OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	8.675,55	9.170,92

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 2

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ALMOXARIFADO		7.684.108,80	0,00	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	13.118,52	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	P	671.583,95	0,00	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	F	41.726,11	0,00
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	P	3.730.328,45	0,00	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		39.124,52	0,00
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	P	5.216,00	0,00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	F	33.000,00	0,00
AUTOPEÇAS	P	327.734,70	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	1.029,71	0,00
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	P	728.774,69	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	F	5.094,81	0,00
MATERIAIS GRÁFICOS	P	1.125,00	0,00	PASSIVO NAO-CIRCULANTE	Nota 21	362.465.397,00	407.611.358,75
MATERIAL DE EXPEDIENTE	P	107.250,97	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	Nota 22	15.885.590,29	42.588.763,02
OUTROS - ALMOXARIFADO	P	2.112.095,04	0,00	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		15.885.590,29	42.588.763,02
ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA		0,00	0,00	FGTS - DÉBITO PARCELADO	P	0,00	291.480,98
ATIVO BIOLÓGICO		0,00	0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS	P	0,00	212.228,70
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	Nota 7	0,00	0,00	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	P	11.422.287,91	13.465.120,09
ATIVO NÃO CIRCULANTE	Nota 8	62.754.562,14	66.763.494,87	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	P	4.463.302,38	28.619.933,25
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 9	16.835.510,02	21.054.040,19	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	Nota 23	0,00	0,00
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	Nota 10	16.835.510,02	21.054.040,19	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO	Nota 24	79.915,53	509.386,33
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	P	4.810.057,06	4.277.899,18	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZO		79.915,53	509.386,33
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	P	2.674.118,46	4.013.057,18	FORNECEDORES NACIONAIS	P	79.915,53	509.386,33
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO	P	-2.245.252,66	-572.609,84	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	Nota 25	206.317,19	0,00
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	P	11.596.587,16	13.335.693,67	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO		206.317,19	0,00
INVESTIMENTOS	Nota 11	1.952.512,54	0,00	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS	P	206.317,19	0,00
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		1.952.512,54	0,00	TRANSFERÊNCIAS FISCAIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	P	1.952.512,54	0,00	PROVISÕES A LONGO PRAZO	Nota 26	346.293.573,99	364.513.209,40
IMOBILIZADO	Nota 13	43.966.539,58	45.709.454,68	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO		346.293.573,99	364.513.209,40
BENS MOVEIS		17.951.702,42	15.350.792,23	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	P	256.202.796,05	266.368.984,34
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	P	306.831,81	53.459,31	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	P	90.090.777,94	98.144.225,06
BENS DE INFORMÁTICA	P	2.420,00	2.420,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO		0,00	0,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	P	295.837,21	65.389,10	RESULTADO DIFERIDO		0,00	0,00
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	P	16.690,42	6.710,42	TOTAL PASSIVO		373.470.122,76	421.462.405,04
VEÍCULOS	P	1.182.970,02	552.107,36	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ARMAMENTOS	P	15.349,00	0,00	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
DEMAIS BENS MÓVEIS	P	16.131.603,96	14.670.706,04	PATRIMÔNIO LIQUIDO	Nota 27	-275.222.074,44	-339.206.192,09
BENS IMÓVEIS		41.914.616,33	40.480.311,28	PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		0,00	0,00
BENS DE USO ESPECIAL	P	7.816.986,98	7.816.986,98	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00
BENS DE USO COMUM DO POVO	P	2.899.445,99	2.899.445,99				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	P	744.183,07	12.600,00				
DEMAIS BENS IMÓVEIS	P	30.454.000,29	29.751.278,31				

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 3

A) QUADRO PRINCIPAL

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO		Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS			-15.899.779,17	-10.121.648,83	RESERVAS DE CAPITAL			0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS			P -7.166.844,43	-5.374.863,22	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL			0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS			P -8.732.934,74	-4.746.785,61	RESERVAS DE LUCROS			0,00	0,00
INTANGÍVEL			Nota 14 0,00	0,00	DEMAIS RESERVAS			0,00	0,00
DIFERIDO			0,00	0,00	RESULTADOS ACUMULADOS			-275.222.074,44	-339.206.192,09
TOTAL			98.248.048,32	82.256.212,95	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS			-275.222.074,44	-339.206.192,09
					SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO			63.984.117,65	3.584.762,15
					SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-339.206.192,09	-342.790.954,24
					(-) AÇÕES/COTAS EM TESOURARIA			0,00	0,00
					TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO			-275.222.074,44	-339.206.192,09
					TOTAL			98.248.048,32	82.256.212,95

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 4

B) QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO FINANCEIRO	Nota 28	26.243.454,96	11.886.085,31	PASSIVO FINANCEIRO (8.831.905,20)+RP não Proc.(1.893.693,86)	Nota 30	10.725.599,06	13.870.747,80
ATIVO PERMANENTE	Nota 29	71.956.216,63	70.370.127,64	PASSIVO PERMANENTE	Nota 31	364.638.217,56	407.611.358,75
				SALDO PATRIMONIAL	Nota 32	-277.164.145,03	-339.225.893,60

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA

PREFEITO

ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER

CONTADOR CRC 017454/O-PE

ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 5

C) QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (CONTROLE)

ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS (Contas do Grupo 811xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS (Contas do Grupo 812xx)	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATOS POTENCIAIS ATIVO		4.318.058,51	4.165.333,01	ATOS POTENCIAIS PASSIVO	Nota 33	76.320.815,83	16.031.733,08
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		86.643,50	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES		3.000,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS		4.231.415,01	4.165.333,01	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS		76.317.815,83	16.031.733,08
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		0,00	0,00	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		0,00	0,00
DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00	DEMANDAS JUDICIAIS		0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		0,00	0,00
TOTAL		4.318.058,51	4.165.333,01	TOTAL		76.320.815,83	16.031.733,08

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA

PREFEITO

ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER

CONTADOR CRC 017454/O-PE

ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 1

CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		26.243.454,96	11.886.085,31	PASSIVO CIRCULANTE		8.831.905,20	13.851.046,29
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		25.465.803,03	10.385.502,70	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAI		4.469.867,03	6.938.090,79
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL		25.465.803,03	10.385.502,70	PESSOAL A PAGAR		365.930,97	1.284.473,16
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL		1.357.207,57	0,00	PESSOAL A PAGAR		357.162,62	1.283.021,58
CAIXA		0,00	18.178,74	PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO		0,00	1.451,58
CONTA ÚNICA		22.439.405,78	3.059.234,94	PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS		8.768,35	0,00
CONTA ÚNICA RPPS		1.669.189,68	7.308.089,02	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		4.103.936,06	5.653.617,63
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO		777.651,93	1.500.582,61	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		241.840,28	688.155,52
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO		777.651,93	1.500.582,61	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)		3.397.373,39	4.489.077,87
VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		0,00	9.297,94	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR		65.848,33	8.734,00
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO FAMÍLIA PAGO		388.783,13	1.243.910,94	FGTS		98,25	98,25
CRÉDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALÁRIO MATERNIDADE		388.868,80	247.373,73	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		396.856,55	445.097,97
TOTAL		26.243.454,96	11.886.085,31	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		1.919,26	1.919,26
				OUTROS ENCARGOS SOCIAIS		0,00	20.534,76
				EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		12.400,30	12.400,30
				JUROS E ENCARGOS A PAGAR DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMEI		12.400,30	12.400,30
				JUROS DE CONTRATOS - FINANCIAMENTOS EXTERNOS		12.400,30	12.400,30
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		370.160,00	-1.942.908,15
				FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZ		370.160,00	-1.942.908,15
				FORNECEDORES NACIONAIS		736.758,68	-836.878,58
				CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS		-366.598,68	-1.106.029,57
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO		275.516,46	307.585,24
				OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO		275.516,46	307.585,24
				OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RECOLHER		275.516,46	307.585,24
				ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO P		3.703.961,41	8.535.878,11
				VALORES RESTITUIVEIS		3.664.836,89	8.535.878,11
				OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		8.675,55	9.170,92
				OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		13.118,52	0,00
				OUTROS VALORES RESTITUIVEIS		41.726,11	0,00
				CONSIGNAÇÕES		3.601.316,71	8.526.707,19
				OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		39.124,52	0,00
				INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		33.000,00	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		1.029,71	0,00
				DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO		5.094,81	0,00
				EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR		1.893.693,86	19.701,51
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		1.893.693,86	19.701,51
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		11.475,51	11.475,51

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 14A - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 2

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				EXECUÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS		1.893.693,86	19.701,51
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		11.475,51	11.475,51
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR		11.475,51	11.475,51
				RP NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.882.218,35	8.226,00
				RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO		1.882.218,35	8.226,00
				TOTAL		10.725.599,06	13.870.747,80

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 1

CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO					
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	
ATIVO CIRCULANTE			9.201.654,49	PASSIVO CIRCULANTE			2.172.820,56	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO			582.102,53	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS			1.819.133,95	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			534.450,78	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			1.819.133,95	0,00
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA DOS IMPOSTOS			534.450,78	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR			724.630,15	0,00
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			297.124,27	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - RPPS - DÉBITOS PARCELADOS			1.094.503,80	0,00
DEMAIS VALORES INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			297.124,27	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO			353.686,61	0,00
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO			-249.472,52	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO			353.686,61	0,00
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			-160.335,24	EMPRÉSTIMOS INTERNOS - EM TÍTULOS			353.686,61	0,00
(-) PERDAS ESTIMADAS EM CRÉDITOS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUT.			-89.137,28					
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO			935.443,16	PASSIVO NAO-CIRCULANTE			362.465.397,00	407.611.358,75
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - A RECEBER			1.451,58	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS			15.885.590,29	42.588.763,02
DEPÓSITOS TRANSFERIDOS			1.451,58	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR			15.885.590,29	42.588.763,02
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO			933.991,58	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)			11.422.287,91	13.465.120,09
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER - RPPS			0,00	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS			4.463.302,38	28.619.933,25
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS A RECEBER - RPPS			933.991,58	FGTS - DÉBITO PARCELADO			0,00	291.480,98
CONTRIBUIÇÕES DO RPPS A RECEBER			0,00	OUTROS ENCARGOS SOCIAIS			0,00	212.228,70
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO			0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO			79.915,53	509.386,33
(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPOR			0,00	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A LONGO PRAZ			79.915,53	509.386,33
(-) AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS COM TÍTULOS E VALORES MOBILI			0,00	FORNECEDORES NACIONAIS			79.915,53	509.386,33
(-) OUTROS AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TI			0,00	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO			206.317,19	0,00
ESTOQUES			7.684.108,80	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO			206.317,19	0,00
ALMOXARIFADO			7.684.108,80	TRIBUTOS FEDERAIS RENEGOCIADOS			206.317,19	0,00
MATERIAL DE CONSUMO			671.583,95	PROVISÕES A LONGO PRAZO			346.293.573,99	364.513.209,40
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS			3.730.328,45	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO			346.293.573,99	364.513.209,40
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO			5.216,00	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS COM			256.202.796,05	266.368.984,34
AUTOPEÇAS			327.734,70	RPPS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A C			90.090.777,94	98.144.225,06
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES			728.774,69	TOTAL			364.638.217,56	407.611.358,75
MATERIAIS GRÁFICOS			1.125,00					
MATERIAL DE EXPEDIENTE			107.250,97					
OUTROS - ALMOXARIFADO			2.112.095,04					
ATIVO NÃO CIRCULANTE			62.754.562,14					
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			16.835.510,02					
CRÉDITOS A LONGO PRAZO			16.835.510,02					
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA			4.810.057,06					
DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA			2.674.118,46					
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A LONGO PRAZO			-2.245.252,66					
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS			11.596.587,16					

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 14B - BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS ANALITICAS DO ATIVO E PASSIVO PERMANENTE

Orçamento Programa - Exercício de 2025

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 2

CONSOLIDADO

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INVESTIMENTOS		1.952.512,54	0,00				
PARTICIPAÇÕES PERMANENTES		1.952.512,54	0,00				
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATR		1.952.512,54	0,00				
IMOBILIZADO		43.966.539,58	45.709.454,68				
BENS MOVEIS		17.951.702,42	15.350.792,23				
BENS DE INFORMÁTICA		2.420,00	2.420,00				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS		295.837,21	65.389,10				
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		16.690,42	6.710,42				
VEÍCULOS		1.182.970,02	552.107,36				
ARMAMENTOS		15.349,00	0,00				
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		306.831,81	53.459,31				
DEMAIS BENS MÓVEIS		16.131.603,96	14.670.706,04				
BENS IMÓVEIS		41.914.616,33	40.480.311,28				
BENS DE USO ESPECIAL		7.816.986,98	7.816.986,98				
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO		744.183,07	12.600,00				
BENS DE USO COMUM DO POVO		2.899.445,99	2.899.445,99				
DEMAIS BENS IMÓVEIS		30.454.000,29	29.751.278,31				
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS		-15.899.779,17	-10.121.648,83				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS		-7.166.844,43	-5.374.863,22				
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS IMÓVEIS		-8.732.934,74	-4.746.785,61				
TOTAL		71.956.216,63	70.370.127,64				

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

D) QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DEZEMBRO(31/12/2025)

Pág.: 1

Orçamento Programa - Exercício de 2025

CONSOLIDADO

D) QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 82111XXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	15.517.855,90	-1.984.662,49
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	8.612.779,37	-692.221,94
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	2.086.882,48	69.437,04
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-3.436.711,60
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	1.027.876,26	0,00
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-2.366.280,67
15420000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	997.284,12
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	1.019.398,98
15440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
15460000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ETI	800.217,01	0,00
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-26.259,59
15510000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	11.462,53
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	569,76
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	12.988,50
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	1.166.977,03
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-383.744,85
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	375.455,00	-9.817.618,07
16010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-342.611,59
16020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.(Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-885.295,89
16040000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-1.493.690,40
16050000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-48.247,15

16210000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-44.871,43
16220000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-35.714,02
16590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	175.939,22
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos do Exercício Corrente)	488.663,70	640.653,28
16610000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	210.376,16
16650000	Transferências de Convênios - Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
16690000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-56,69
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Recursos de Emendas Parlamentares	150.134,80	18.923,06
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	60.472,53
17040000	Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	577.514,36	458.646,35
17060000	Transferência Especial da União (Recursos do Exercício Corrente)	960.000,00	251.940,37
17100000	Transferência Especial dos Estados	0,00	3.450,15
17110000	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	0,00	988.213,30
17150000	Transferências Destinadas ao Setor Cultural – LC nº 195/2022 – Art. 5º – Audiovisual (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	419,17
17160000	Transferências Destinadas ao Setor cultural – LC nº 195/2022 – Art. 8º – Demais Setores da Cultura (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	21.330,73
17180000	Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17190000	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – Lei nº 14.399/202 (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	11.698,78
17200000	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei - 3.018,53 9.478/1997 (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	476.402,29
17490000	Outras vinculações de transferências (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	43.081,32
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17510000	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	848.890,77
17520000	Recursos Vinculados ao Trânsito (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17540000	Recursos de Operações de Crédito (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17550000	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	0,00	171.785,00
18000000	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) (Recursos do Exercício Corrente)	438.332,92	7.828.550,85
18010000	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18020000	Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18620000	Depósitos de terceiros (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18690000	Outros recursos extraorçamentários (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	2.099.770,11
18980000	Recursos não classificados – a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
25000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
25010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
25440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00

26000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
27540000	Recursos de Operações de Crédito (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
TOTAL		15.517.855,90	-1.984.662,49

Prefeitura Municipal de Itambé
Estado de Pernambuco

Notas Explicativas ao Balanço
Patrimonial - BP Consolidado

Demonstração Contábil Consolidada
Resolução N° 300/2025

2025

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Conforme Anexo da Resolução 300/2025

O Balanço Patrimonial do Município (BPM) foi elaborado em conformidade com o Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo posteriormente atualizado pela Portaria STN nº 438, de 16 de julho de 2012. As orientações de preenchimento foram estabelecidas pela 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como da Instrução de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os fenômenos contábeis de natureza orçamentária, patrimonial e de controle utilizados na elaboração deste balanço sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

O Balanço Patrimonial do Município (BPM), é a demonstração contábil que evidencia, qualitativamente e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que serão registrados em contas de compensação ou controle, além de apresentar quadro específico para aferição dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e quadro especial para apuração do Superávit Financeiro por fonte de recurso.

A Prefeitura Municipal de Itambé concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”.

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço

público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

O Balanço Patrimonial foi elaborado seguindo o regime de competência, exceto para as contas de controle por sua natureza gerencial.

A moeda funcional do município é o real (R\$).

Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

O quadro principal do Balanço Patrimonial foi elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, em contas sintéticas até no mínimo o 3º nível (subgrupo).

A apresentação de ativos e passivos está segregada em circulante e não circulante em atendimento as exigências da NBC TSP nº 11.

Quanto a base temporal para definição de circulante e não circulante, utilizou-se os seguintes critérios: a) para ativos circulantes, quando se espera que sejam realizados até 12 meses após a data das demonstrações contábeis; b) para ativos não circulantes, todos os ativos que não se enquadrem na classificação anterior (a); c) para passivo circulante, para passivos que devem ser pagos no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) para o passivo não circulante, todos os demais passivos que não se enquadrem na classificação anterior (c).

As contas patrimoniais estão destacadas com a sigla (F), para "Financeiro", e (P), para "Permanente", conforme regras estabelecidas no MCASP e em atendimento as exigências previstas na Resolução TCE-PE.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro.

Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

Os atos potenciais passivos inerentes aos contratos a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis).

O quadro de superávit e déficit financeiro, apurado conforme regras do §2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, foi estruturado com base nas contas do nível PCASP 8.2.1.1.1.00.00 - Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR), segregado por fonte/destinação seguinte a padrão próprio detalhado a seguir:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS (Contas 8211XXXXX)		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
		ATUAL	EXERC. ANTERIOR
00	ORDINÁRIO	15.517.855,90	-1.984.662,49
15000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos do Exercício Corrente)	8.612.779,37	-692.221,94
15001001	Recursos de Impostos - Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	2.086.882,48	69.437,04
15400000	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-3.436.711,60
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos (Profissionais da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	1.027.876,26	0,00
15410000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-2.366.280,67
15420000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT - FUNDEB 30% (Demais Despesas da Educação Básica) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	997.284,12
15430000	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	1.019.398,98
15440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
15460000	TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - ETI	800.217,01	0,00
15500000	Transferência do Salário-Educação (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-26.259,59
15510000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	11.462,53
15520000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	569,76
15530000	Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	12.988,50
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	1.166.977,03
15990000	Outros Recursos Vinculados à Educação (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-383.744,85
16000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	375.455,00	-9.817.618,07
16010000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-342.611,59
16020000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.(Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-885.295,89
16040000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-1.493.690,40
16050000	Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da	0,00	-48.247,15



16210000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-44.871,43
16220000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-35.714,02
16590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	175.939,22
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (Recursos do Exercício Corrente)	488.663,70	640.653,28
16610000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	210.376,16
16650000	Transferências de Convênios - Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
16690000	Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	-56,69
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União - Recursos de Emendas Parlamentares	150.134,80	18.923,06
17003110	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	60.472,53
17040000	Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural	577.514,36	458.646,35
17060000	Transferência Especial da União (Recursos do Exercício Corrente)	960.000,00	251.940,37
17100000	Transferência Especial dos Estados	0,00	3.450,15
17110000	Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas	0,00	988.213,30
17150000	Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	419,17
17160000	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei - 3.018,53 9.478/1997 (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	21.330,73
17180000	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17190000	Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/202 (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	11.698,78
17200000	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei - 3.018,53 9.478/1997 (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	476.402,29
17490000	Outras vinculações de transferências (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	43.081,32
17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17510000	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	848.890,77
17520000	Recursos Vinculados ao Trânsito (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17540000	Recursos de Operações de Crédito (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
17550000	Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	0,00	171.785,00
18000000	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) (Recursos do Exercício Corrente)	438.332,92	7.828.550,85
18010000	Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro) (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18020000	Recursos vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18620000	Depósitos de terceiros (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18690000	Outros recursos extraordinários (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	2.099.770,11
18980000	Recursos não classificados - a classificar (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
18990000	Outros Recursos Vinculados (Recursos do Exercício Corrente)	0,00	0,00
25000000	Recursos não Vinculados de Impostos (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
25010000	Outros Recursos não Vinculados (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
25440000	Recursos de Precatórios do FUNDEF (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
26000000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
27540000	Recursos de Operações de Crédito (Recursos de Exercícios Anteriores)	0,00	0,00
TOTAL		15.517.855,90	-1.984.662,49

Em atendimento a Nota 1 "a" do Anexo I da Resolução TCE-PE, durante a consolidação das demonstrações contábeis das entidades separadas foi considerado o 5º nível igual a 2, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Contudo, para efeito de consolidação não deverão ser excluídas as transações recíprocas de natureza intraorçamentária.

Desta forma, os dados foram somados ou agregados, conforme determinação do TCE-PE, embora tenham reflexo contrário em relação a orientação da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da

alienação de ativos ou pagamento de passivos.

A maior parte dos elementos patrimoniais foi mensurado pelo valor de custo, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação, detalhados no decorrer desta nota explicativa, principalmente quanto ao controle do imobilizado (custo ou reavaliação).

As contas intituladas no grupo “Caixa e equivalentes de caixa” são mensuradas e avaliadas pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

As contas intituladas no grupo “Créditos e valores a curto prazo” são mensuradas e avaliadas pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, destacados a seguir.

O ajuste para perdas dos “Créditos tributários” foi mensurado contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida ativa lançado em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação. Foram feitos ajustes para o curto prazo com base na expectativa de recebimento até 12 meses, restando seu saldo residual no ativo não circulante.

As contas intituladas no grupo “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são avaliadas e mensuradas pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

As contas intituladas “Estoques”, são avaliados na entrada pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

As contas intituladas no grupo “Imobilizado” foram reconhecidas inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico. Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

As contas classificadas no grupo “Intangível”, foram parametrizadas no sistema contábil para serem mensuradas ou avaliadas com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, conforme prazos do PIPCP, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

As contas classificadas no grupo “Empréstimos e financiamentos”, foram avaliadas observando-se o seguinte critério: pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício;

Em atendimento as exigências previstas na Portaria MPS, as contas classificadas como “Provisões Matemáticas Previdenciárias”, foram classificadas no PCASP em grupos específicos, estendidos até o 7º nível, e seguindo as orientações do IPC nº 14, dentre os quais a mensuração a valor presente.

Estes registros intitulados de “passivos atuariais”, referentes ao Regime

Próprio de Previdência Social (RPPS), foram classificados no Passivo Não Circulante, baseados nos cálculos e projeções realizadas pelo Atuário contratado pelo RPPS.

Estas informações foram extraídas do cálculo atuarial do exercício de 2025, seguindo os critérios destacados das referências cruzadas do Passivo Não Circulante constante nesta nota explicativa.

Definições correlatos ao Balanço Patrimonial:

Ativo Circulante

Compreende os ativos que satisfazem os seguintes critérios: a) espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; b) o ativo está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; c) espera-se que o ativo seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e d) o ativo seja caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para pagamento de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Créditos a Curto Prazo Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso

normal das atividades.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas
Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) de forma antecipada, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Ativo Não Circulante

Compreende os todos os ativos não classificados como circulantes. Integram o ativo não circulante: o ativo realizável a longo prazo, os investimentos, o imobilizado, o intangível e eventual saldo a amortizar do ativo diferido.

Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

Investimentos

Compreende as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinem a manutenção da atividade da entidade.

Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Passivo Circulante

Compreende os passivos que atendem aos seguintes critérios: a) tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; b) sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo; c) sejam valores de terceiros ou retenções em

nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidos aos estados, Distrito Federal e municípios.

Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no curto prazo.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, com vencimento no curto prazo, inclusive os

precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

Passivo Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no longo prazo.

Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas

que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados em anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade.

Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

Patrimônio Social e Capital Social

Compreende o patrimônio social das autarquias, fundações e fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta.

Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

Compreende os recursos recebidos pela entidade de seus acionistas ou quotistas destinados a serem utilizados para aumento de capital, quando não haja a possibilidade de devolução destes recursos.

Reservas de Capital

Compreende os valores acrescidos ao patrimônio que não transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas (VPA).

Ajustes de Avaliação Patrimonial

Compreende as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos pela lei 6.404/76 ou em normas expedidas pela comissão de valores mobiliários, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência.

Reservas de Lucros

Compreende as reservas constituídas com parcelas do lucro líquido das entidades para finalidades específicas.

Demais Reservas

Compreende as demais reservas, não classificadas como reservas de capital ou de lucro, inclusive aquelas que terão seus saldos realizados por terem sido extintas pela legislação.

Resultados Acumulados

Compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das

empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. Ações / Cotas em Tesouraria Compreende o valor das ações ou cotas da entidade que foram adquiridas pela própria entidade.

Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Considera-se nesse conceito apenas a parcela da dívida fundada que tenha tido execução orçamentária iniciada e esteja pendente de pagamento.

Caso o Balanço Patrimonial seja elaborado no decorrer do exercício, serão incluídos no passivo financeiro os créditos empenhados a liquidar.

Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Contas de Compensação

Compreende as contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos.

Atos Potenciais

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.

Atos Potenciais Ativos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Atos Potenciais Passivos

Compreende os atos a executar que podem vir a afetar negativamente o patrimônio, imediata ou indiretamente.

Superávit Financeiro

Corresponde à diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. O superávit financeiro do exercício anterior é fonte de recursos para abertura de créditos suplementares e especiais, devendo-se conjugar, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas, de acordo com o artigo 43 da Lei nº 4.320/1964, caput, § 1º, inciso I e § 2º.

Déficit Financeiro

Corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Fonte de Recursos

Mecanismo que permite a identificação da origem e destinação dos recursos legalmente vinculados a órgão, fundo ou despesa.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 04.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards

(IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE e Índice de Qualidade da Informação Contábil da STN.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

ANEXO 3.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Ano-Base: 2026 Data-Base: 31/12/2025

Contas	Descrição	Valores (R\$)
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	214.384.931,48
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	214.384.931,48
1.2.1.1.2.08.03	VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00
1.2.1.1.2.08.99	OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL	0,00
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	346.293.573,99
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	346.293.573,99
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	268.202.796,05
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	274.296.105,16
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	14.483.004,76
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	318.751,07
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	3.291.553,28
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	90.090.777,94
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	144.074.417,07
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	23.637.712,17
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	23.142.205,98
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	7.203.720,98
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	0,00
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	0,00
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	0,00

Fonte: LC KOGUT - Assessoria e Consultoria Atuarial
Atuário Responsável: Luiz Cláudio Kogut - MIBA 1.308

Houve constituição de provisões matemáticas do Estudo Atuarial elaborado pelo atuário Luiz Claudio Kogut MIBA 1308 da empresa LC Kogut Consultoria e Assessoria Atuarial, elaborado conforme MCASP vigente para o exercício e a IPC 14 (Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS), conforme print abaixo:

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Município é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.

As entidades públicas abrangidas pela Demonstração são Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Previdência Social, Fundo de Educação e Câmara Municipal de Vereadores.

Referências Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) ATIVO CIRCULANTE: Os bens e direitos de curto prazo evidenciados no Balanço Patrimonial do exercício foram de R\$ 35.493.486,18 (), compostos de caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para a venda e variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.

Nota 2) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: O saldo das disponibilidades financeiras deixadas ao final do exercício somam R\$ 25.465.803,03 ().

Quadro de Detalhamento das Disponibilidades	
Especificação	Saldo em 31/12/2025
Conta Única	R\$ 22.439.405,78
Conta RPPS	R\$ 1.669.189,68
Banco Conta Movimento - Demais Contas	R\$ 0,00
Rede Bancária - Arrecadação	R\$ 0,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Uso Geral	R\$ 1.357.207,57
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - RPPS - Taxa de Administração	
Total	25.465.803,03

Além das informações seguintes, apostas de forma resumida, importante mencionar que fazem parte da prestação de contas consolidada os cadernos e relatórios de conciliação bancária, que detalham os valores financeiros registrados contabilmente.

Esse relatório teve sua construção e análise fundamentadas nos seguintes documentos:

O relatório Boletim de Caixa – produzido pela Tesouraria Municipal - que nos traz os saldos de acordo com a classificação contábil das contas: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Santander, Aplicação Financeira e Conta Arrecadação BB; Contas RPPS e demais contas.

Importante esclarecer que foram registrados como caixa e equivalente de caixa apenas dos valores em espécie e aquelas aplicações financeiras de curtíssimo prazo, com possibilidade de resgate para conversão em espécie.

Ao final do exercício de 2025, nenhuma das contas movimentadas pelo Poder executivo possuía pendências não resolvidas, sendo demonstrado nos relatórios contábeis o exato montante dos saldos financeiros.

Conta Única – RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). As disponibilidades do RPPS encontram-se demonstradas de forma individualizada na unidade orçamentária.

Outras Contas Movimento

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais e contratuais.

Esses recursos correspondem majoritariamente àqueles recebidos diretamente pelos fundos e entidades da administração indireta e representam, em sua maior parte, recursos com vinculação definida.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos, que estão aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios, contratos e operações de crédito) são aplicados de acordo com as determinações específicas das unidades concedentes.

Nota 3) CRÉDITOS A CURTO PRAZO:

Os créditos a curto prazo estão descritos nas seguintes contas contábeis abaixo:

Nesse grupo de contas estão contabilizados, respeitado o regime de competência, os créditos tributários a receber originários de variações patrimoniais aumentativas tributárias e de contribuições, com expectativa de

realização até 31.12.2025 e em exercícios seguintes (créditos parcelados não inscritos em dívida ativa), conforme demonstrado na tabela seguinte:

Descrição da Conta	Valor
Contribuições Previdenciárias a Receber	-
Créditos Tributários Parcelados	R\$ 0,00
Impostos	R\$ 0,00
Dívida Ativa Tributária (*)	R\$ 534.450,78
Dívida Ativa Não Tributária (*)	297.124,27
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	-R\$ 160.335,24
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	- 89.137,28
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Créditos Tributários a Receber	
Total	582.102,53

* Foi mensurado para créditos a receber – curto prazo a título de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária com base na expectativa de recebimento do estoque da dívida até 12 meses na proporção de 25%, restando seu saldo residual no ativo não circulante, seguindo os critérios já definidos nesta nota.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 30%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios, considerando a conta contábil de Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, consistindo em sua essência os créditos tributários do poder de polícia municipal.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo, inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais

eficiente.

Nota 4) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO:

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Contribuições Previdenciária a Receber - RPPS	R\$ 933.991,58	P
Depósitos Transferidos	R\$ 1.451,58	P
Total Atributo Permanente	R\$ 935.443,16	
Conta Especial - Precatórios	R\$ -	F
Créditos a receber por reembolso de salario familia e maternidade pago	R\$ 777.651,93	F
Total Atributo Financeiro	R\$ 777.651,93	
Adiantamentos Concedidos	R\$ 48.376,73	X
TOTAL GERAL	R\$ 1.761.471,82	

Adiantamentos Concedidos

Esta conta registra os valores de adiantamentos concedidos a pessoal referentes a 1/3 de férias. O saldo em 31.12.2025 é composto por valores adiantados pelas empresas estatais dependentes a seus funcionários no montante de R\$ 48.376,73 (Quarenta e Oito Mil e Trezentos e Setenta e Seis Reais e Setenta e Três Centavos).

Créditos Previdenciários a Curto Prazo

Essa conta registra os valores de Créditos Previdenciários a Curto Prazo.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Essa conta controla a movimentação de valores restituíveis. A Conta Depósitos Transferidos, com saldo em 31.12.2025 de R\$ 1.451,58 (Um mil quatrocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos).

Créditos Previdenciários a Receber a Curto Prazo

Valores decorrentes de obrigações previdenciárias constituídas em favor do ente ou do RPPS, reconhecidas contabilmente como direito a receber, provenientes de contribuições sociais ou outros créditos previdenciários registrados no exercício de 2025 R\$ 933.991,58 (Novecentos e Trinta e Três Mil e Novecentos e Noventa e Um Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo

Compreende os valores de depósitos e cauções em espécie efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo e em longo prazo, também compreendem créditos e valores realizáveis no curto prazo, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, apresentando a seguinte composição analítica em 31.12.2025 no valor de R\$ 777.651,93 (Setecentos e Setenta e Sete Mil e Seiscentos e Cinquenta e Um Reais e Noventa e Três Centavos).

Nota 5) INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO:

Não foram registrados valores que compreende as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade. Registra os investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN nº 3.992/2010 e 4.392/2014.

Nota 6) ESTOQUE (NBC T SP 04 – Item 47):

O saldo do estoque ao final do exercício foi de R\$ 7.684.108,80 (Sete Milhões e Seiscentos e Oitenta e Quatro Mil e Cento e Oito Reais e Oitenta Centavos), ao qual representam o controle de almoxarifado estabelecido pela

Portaria STN n.º 548/2015, representando quase em sua totalidade para Material de Consumo diversos.

Nota 7) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE:

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço a entidade ocorrerão no curto prazo.

Nota 8) ATIVO NÃO CIRCULANTE:

Os ativos de longo prazo, compostos do ativo realizável a longo prazo, demais créditos e valores a longo prazo, imobilizado e intangível totalizam R\$ 62.754.562,14 (Sessenta e Dois Milhões e Setecentos e Cinquenta e Quatro Mil e Quinhentos e Sessenta e Dois Reais e Quatorze Centavos).

Nota 9) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo totalizam R\$ 16.835.510,02 (Dezesseis Milhões e Oitocentos e Trinta e Cinco Mil e Quinhentos e Dez Reais e Dois Centavos).

Nota 10) CRÉDITOS A LONGO PRAZO:

O valor de R\$ 16.835.510,02 (Dezesseis Milhões e Oitocentos e Trinta e Cinco Mil e Quinhentos e Dez Reais e Dois Centavos), sendo:

Descrição da Conta	Valor
Cientes	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
Dívida Ativa Tributária (*)	R\$ 4.810.057,06
Dívida Ativa Não Tributária (*)	2.674.118,46
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Tributária	-R\$ 2.245.252,66
(-) Perdas estimadas em Créditos de Dívida Ativa Não Tributária	
(-) Perdas estimadas em Empréstimos e Financiamentos Concedidos	
(-) Perdas estimadas em Cientes	
Créditos Previdenciários do RPPS	11.596.587,16
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	
Total	16.835.510,02

A relevância metodológica deste grupo fundamenta-se nos créditos para Amortização de Déficit Atuarial, mensurados conforme as diretrizes da IPC 14. Tais valores encontram-se devidamente registrados no Balanço Patrimonial do Fundo Municipal de Previdência, totalizando R\$ 214.384.931,48 (Duzentos e Quatorze Milhões e Trezentos e Oitenta e Quatro Mil e Novecentos e Trinta e Um Reais e Quarenta e Oito Centavos), em conformidade com o Estudo Atuarial do Exercício de 2025.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO AJUSTE PARA PERDA DA DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO

Diante de um cenário de baixa arrecadação, falando sobre a dívida ativa e empréstimos e financiamentos concedidos **provisionou-se uma perda aproximada de 30%**, tendo em vista a média de dificuldade de recuperação nos últimos exercícios.

Neste caso, o método utilizado para estimar o valor do ajuste para perda, foi o Método por Tipo de Recuperação, com base no PCE – Procedimentos Contábeis Específicos, Secofem/2017, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, conforme quadro abaixo:

Tipo de Recuperação	Fase	% de perda estimada
Baixa dificuldade de recuperação	A	5%
	B	10%
	C	15%
Média dificuldade de recuperação	D	20%
	E	25%
	F	30%
Alta dificuldade de recuperação	G	35%
	H	45%
	I	70%

O Balanço Patrimonial de 2025 segrega os créditos inscritos em dívida ativa em créditos tributários e não tributários de curto e longo prazo.

Para melhor evidenciação do total inscrito, os dados seguintes aglutinam os valores registrados em dívida ativa tributária de curto e de longo prazo,

inclusive os créditos previdenciários inscritos.

Parte dos créditos de dívida ativa foi realocada para o grupo de curto prazo, tendo por base os valores de arrecadação do exercício anterior.

Os registros são antigos, carecem da documentação de suporte adequada, mas derivam de ação executada na época de cada fato contábil, admitindo-se, pois, presunção de legitimidade.

A Diretoria Tributária tem sido instada a concluir os levantamentos internos a fim de localizar a documentação de suporte e promover a individualização dos registros, para em seguida adentrar na questão jurídica prescricional e ações de cobrança, se for o caso.

Além dos critérios específicos contidos nos anexos, podem-se ser citados como fundamentos gerais para as probabilidades de perdas registradas, os seguintes fatos redutores da probabilidade de arrecadação: parte dos créditos apresenta mais de 10 anos de inscrição; os cadastros mais antigos não contêm todos os dados necessários à efetivação das cobranças judiciais; há mudança de endereço em relação à data de inscrição do débito; houve uma série de recentes parcelamentos incentivados, que garantiu a adesão dos contribuintes que se entendiam aptos a quitar a dívida, com a extinção das ações judiciais; histórico de baixa recuperação em relação aos valores inscritos (o percentual de realização é mais favorável apenas em relação aos valores ajuizados), isso porque a cobrança administrativa que precede a inscrição em dívida tem sido mais eficiente.

Nota 11) INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO PERMANENTES

Valores aplicados pelo ente público em consórcios públicos, constituindo participação permanente no patrimônio dessas entidades, com a finalidade de cooperação entre entes federativos para a realização de objetivos de interesse comum, consta o montante de R\$ 1.952.512,24 (Um Milhão e Novecentos e Cinquenta e Dois Mil e Quinhentos e Doze Reais e Vinte e Quatro Centavos).

Nota 12) ESTOQUES:

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de

elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Até a data de fechamento deste balanço, não foram disponibilizados a esta contabilidade, as informações relativas ao estoque.

Nota 13) IMOBILIZADO:

O saldo do imobilizado ao final do exercício totalizou R\$ 43.966.539,58 (Quarenta e Três Milhões e Novecentos e Sessenta e Seis Mil e Quinhentos e Trinta e Nove Reais e Cinquenta e Oito Centavos). Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico.

O Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável está em processo de adequação pela Diretoria de Patrimônio, havendo evolução metodológica com relação ao percentual de depreciação e exaustão na proporção de 10%.

Não houve perda de bens por inservibilidade.

Detalhamento do Imobilizado

Descrição da Conta	Valor
Bens Móveis	R\$ 17.951.702,42
(-) Depreciação de Bens Móveis	R\$ 7.166.844,43
Total Ajustado dos Bens Móveis	R\$ 10.784.857,99
Bens Imóveis	R\$ 41.914.616,33
(-) Depreciação de Bens Imóveis	R\$ 8.732.934,74
Total Ajustado dos Bens Imóveis	R\$ 33.181.681,59
Total Liquido	43.966.539,58

Nota 14) INTANGÍVEL:

Não foram registrados saldos de intangíveis. O setor de patrimônio não nos repassou até o fechamento do balanço as informações relativas aos bens intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas para efetuarmos os procedimentos contábeis de ajuste. Sugerimos que a administração tome medidas no sentido de seguir os prazos estabelecidos do PIPCP para o controle

em tempo real dos bens intangíveis para compatibilização com os dados contábeis.

Nota 15) PASSIVO CIRCULANTE:

As dívidas e demais obrigações de curto prazo ao final do exercício foram de R\$ 11.004.725,76 (Onze Milhões e Quatro Mil e Setecentos e Vinte e Cinco Reais e Setenta e Seis Centavos).

Nota 16) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO:

Grupo de contas do passivo circulante, que compreende obrigações do Município decorrentes de relação trabalhista, especialmente aquelas com vencimento posterior à data de encerramento do exercício.

São apropriados por competência os valores devidos de férias e 13º salário, além dos tributos relacionados a essas verbas.

O valor das obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar ao final do exercício foi de R\$ 6.289.000,98 (Seis milhões e duzentos e oitenta e nove mil reais e noventa e oito centavos), ao qual se vinculam quase em sua totalidade com o reconhecimento do Passivo com Precatórios Judiciais disponíveis no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco – TJPE, registrados na conta contábil de Precatórios de Pessoal – Regime Especial.

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Descrição da Conta	Valor	Atributo
PESSOAL A PAGAR		
Pessoal a Pagar	R\$ 357.162,62	F
Pessoal a Pagar - Setença Judicial - Exceto Precatórios	R\$ 8.768,35	F
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	-	
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR		
Contribuições ao RGPS a Pagar	R\$ 307.688,61	F
Outros Encargos Sociais	R\$ 398.775,81	F
Contribuições ao RPPS - Débitos Parcelado	R\$ 1.094.503,80	P
Contribuições ao RPPS a Pagar	R\$ 3.397.373,39	P
Contribuições ao RGPS a Pagar	R\$ 724.630,15	P
FGTS	R\$ 98,25	F
Total	6.289.000,98	

Nota 17) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no curto prazo. Foram registrados o valor de R\$ 353.686,61 (Trezentos e Cinquenta e Três Mil e Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Sessenta e Um Centavos). Juros de contratos no valor de R\$ 12.400,30 (Doze Mil e Quatrocentos Reais e Trinta Centavos).

Nota 18) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CURTO PRAZO:

Compreende os valores a pagar aos fornecedores nacionais de bens, materiais e serviços envolvidos com as atividades operacionais do Município, consignando os débitos reconhecidos por competência, inclusive os valores parcelados e as decisões judiciais.

Ao final do exercício ficou em restos a pagar o valor de R\$ (), relativo a fornecedores e contas a pagar.

Detalhamento das Obrigações com Fornecedores e Contas a Pagar

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Fornecedores Nacionais	R\$ 370.160,00	F
Contas a Pagar Credores Nacionais	R\$ 0,00	F
Total Atributo Financeiro	R\$ 370.160,00	

Nota 19) OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo. Montante registrado no valor de R\$ 275.516,46 (Duzentos e Setenta e Cinco Mil e Quinhentos e Dezesesseis Reais e Quarenta e Seis Centavos).

Nota 20) ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO:

As demais obrigações a curto totalizam R\$ 3.703.961,41 (Três Milhões e Setecentos e Três Mil e Novecentos e Sessenta e Um Reais e Quarenta e Um Centavos). O detalhamento das Consignações e Depósitos não judiciais encontra-se demonstrado na Demonstração da Dívida Flutuante, representando as consignações de terceiros com vencimento para o exercício seguinte e a apropriação de retenção de pagamento de alvarás judiciais do pagamento dos precatórios do extinto Fundef.

Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Valores Restituíveis	R\$ 3.664.836,89	F
Depósitos Não Judiciais		
Indenizações e Restituições		
Convênios a Pagar		
Outras Obrigações a Curto Prazo	R\$ 39.124,52	F
Total com Atributo Financeiro	3.703.961,41	

Nota 21) PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

As obrigações de longo prazo ao final do exercício somam R\$ 362.465.397,00 (Trezentos e Sessenta e Dois Milhões e Quatrocentos e Sessenta e Cinco Mil e Trezentos e Noventa e Sete Reais), decorrentes de obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo e provisões a longo prazo.

Nota 22) OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO:

O montante de R\$ 15.885.590,29 (Quinze Milhões e Oitocentos e Oitenta e Cinco Mil e Quinhentos e Noventa Reais e Vinte e Nove Centavos) compreende

os parcelamentos de dívidas e outros compromissos existentes, devidamente registrados conforme relatório do E-CAC – Receita Federal, conforme valores representados na tabela:

Detalhamento das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo

Descrição da Conta	Valor	Atributo
Precatórios		
Contribuições ao Regime Próprio de Previdência - RPPS	11.422.287,91	P
Débito Parcelado - INSS	R\$ 4.463.302,38	P
Total com Atributo Financeiro	15.885.590,29	

Nota 23) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (LONGO PRAZO):

Não consta valores evidenciados no balanço para os empréstimos e financiamentos de longo prazo ao final do exercício.

Nota 24) FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS (LONGO PRAZO):

Obrigações assumidas pela entidade do setor público junto a fornecedores ou prestadores de serviços localizados no país, decorrentes do fornecimento de bens, materiais ou serviços, cujo vencimento ocorra após o término do exercício seguinte consta no montante de R\$ 79.915,53 (Setenta e Nove Mil e Novecentos e Quinze Reais e Cinquenta e Três Centavos).

Nota 25) OBRIGAÇÕES FISCAIS (LONGO PRAZO):

No balanço para as obrigações fiscais de longo prazo ao final do exercício foram evidenciados o valor de R\$ 206.317,19 (Duzentos e Seis Mil e Trezentos e Dezesete Reais e Dezenove Centavos). Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com

vencimento no longo prazo, especificamente relativo a Parcelamentos no âmbito da Receita Federal do Brasil de competências anteriores.

Nota 26) PROVISÕES A LONGO PRAZO (NBC T SP 03 – Item 97 a 98):

As provisões totalizaram R\$ 346.293.573,99 (Trezentos e Quarenta e Seis Milhões e Duzentos e Noventa e Três Mil e Quinhentos e Setenta e Três Reais e Noventa e Nove Centavos), e são relativas a Provisões Matemáticas Previdenciárias do RPPS. Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 346.293.573,99 (Trezentos e Quarenta e Seis Milhões e Duzentos e Noventa e Três Mil e Quinhentos e Setenta e Três Reais e Noventa e Nove Centavos) conforme cálculo atuarial que consta desta prestação de contas. Atuário Luiz Cláudio Kogut Assessoria e Consultoria Atuarial.

ANEXO 3.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Ano-Base: 2026 Data-Base: 31/12/2025

Contas	Descrição	Valores (R\$)
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	214.384.931,48
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	214.384.931,48
1.2.1.1.2.08.03	VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00
1.2.1.1.2.08.99	OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL	0,00
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	346.293.573,99
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	346.293.573,99
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	256.202.796,06
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	274.296.105,16
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	14.483.004,76
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	318.751,07
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	3.291.553,28
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	90.090.777,94
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	144.074.417,07
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	23.637.712,17
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	23.142.205,98
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	7.203.720,98
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	0,00
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	0,00
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	0,00
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	0,00

Fonte: LC KOGUT - Assessoria e Consultoria Atuarial
 Atuário Responsável: Luiz Cláudio Kogut - MIBA 1.308

Nota 27) PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O patrimônio líquido do Município compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, sendo segregado em patrimônio social, aquele pertencente às unidades da administração direta, autarquias, fundações, fundos e Câmara Municipal; capital social, aquele subscrito pelas empresas dependentes; reservas e os resultados acumulados.

O patrimônio líquido da entidade ao final do exercício foi de R\$ - 275.222.074,44 (Duzentos e Setenta e Cinco Milhões e Duzentos e Vinte e Dois Mil e Setenta e Quatro Reais e Quarenta e Quatro Centavos). O Resultado do exercício foi de R\$ 63.984.117,65 (Sessenta e Três Milhões e Novecentos e Oitenta e Quatro Mil e Cento e Dezessete Reais e Sessenta e Cinco Centavos) superavitário. Este resultado foi impactado pela constituição de provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 346.293.573,99 (Trezentos e Quarenta e Seis Milhões e Duzentos e Noventa e Três Mil e Quinhentos e Setenta e Três Reais e Noventa e Nove Centavos) conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas. O Município de Itambé não possui empresa pública ou sociedade de economia mista, por este motivo não há registro de valores nas contas de Capital Social. As autarquias também não possuem registro de Capital Social.

Detalhamento do Patrimônio Líquido

Descrição da Conta	Valor
RESERVAS ATUARIAIS	R\$ 0,00
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	-R\$ 339.206.192,09
Resultado do Exercício	R\$ 63.984.117,65
Ajuste de Exercícios Anteriores	
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	- 275.222.074,44

Nota 28) ATIVO FINANCEIRO:

O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. O valor dos ativos com atributo F (Financeiro) totalizam R\$ 26.243.454,96 (Vinte e Seis Milhões e Duzentos e Quarenta e Três Mil e Quatrocentos e Cinquenta e Quatro Reais e Noventa e Seis Centavos).

Nota 29) ATIVO PERMANENTE:

O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa. O valor dos ativos com atributo P (Permanente) somam R\$ 71.956.216,63 (Setenta e Um Milhões e Novecentos e Cinquenta e Seis Mil e Duzentos e Dezesesseis Reais e Sessenta e Três Centavos).

Nota 30) PASSIVO FINANCEIRO:

O Passivo Financeiro consiste nas obrigações que não dependem de autorização orçamentária para sua amortização ou resgate. Também integram o passivo financeiro os passivos que não são submetidos ao processo de execução orçamentária, a exemplo das cauções, depósitos, dentre outros.

O valor dos passivos com atributo F (Financeiro) no valor de R\$ 8.831.905,20 (Oito milhões, oitocentos e trinta e um mil, novecentos e cinco reais e vinte centavos), somados aos restos a pagar não processados a liquidar no valor de R\$ 1.893.693,86 (Um milhão, oitocentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta e seis centavos), perfazem o total de R\$ 10.725.599,06 (Dez milhões, setecentos e vinte e cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e seis centavos).

Nota 31) PASSIVO PERMANENTE:

Os passivos que dependam de autorização orçamentária para amortização ou resgate integram o passivo permanente. Os Passivos com atributo P (Permanente) somam R\$ 364.638.217,56 (Trezentos e Sessenta e Quatro Milhões e Seiscentos e Trinta e Oito Mil e Duzentos e Dezessete Reais e Cinquenta e Seis Centavos).

Nota 32) SALDO PATRIMONIAL:

O total do saldo patrimonial do exercício foi R\$ -277.164.145,03 (Duzentos e Setenta e Sete Milhões e Cento e Sessenta e Quatro Mil e Cento e Quarenta e Cinco Reais e Três Centavos), deficitário.

Nota 33) SALDO DOS ATOS POTENCIAIS DO PASSIVO:

O valor do saldo dos atos potenciais passivos refere-se às Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres e das Obrigações contratuais a executar, foi de R\$ 76.320.815,83 (Setenta e Seis Milhões e Trezentos e Vinte Mil e Oitocentos e Quinze Reais e Oitenta e Três Centavos).

Os atos potenciais ativos e passivos inerentes aos contratos, convênios e outros instrumentos congêneres a executar, foram estruturadas no PCASP a nível de item e subitem (7º e 8º níveis) sob a responsabilidade e controle do setor de contratos.

Nota 34) QUADRO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO (§2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64):

O valor apurado ao final do exercício foi de R\$ 15.517.855,90 (Quinze Milhões e Quinhentos e Dezessete Mil e Oitocentos e Cinquenta e Cinco Reais e Noventa Centavos), superavitário que poderá servir de abertura de créditos suplementares para o exercício seguinte.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE FONTES/DESTINAÇÃO DE RECURSOS NEGATIVAS:

Os valores negativos representam comprometimento da fonte de recursos com empenhamentos acima dos valores arrecadados, decorrentes dos mais variados fatores, alheios a orientação contábil, como por exemplo, atrasos nos repasses dos recursos pelos governos federal e/ou estadual, atendimento a situações emergenciais decorrentes de estado de calamidade e/ou emergência, não acompanhamento da programação orçamentária e financeira, dentre outros.

Quanto ao gerenciamento da aplicação das fontes/destinação de recursos, cabe aos ordenadores de despesa, seguir o controle por fonte de recursos existente e na programação financeira, evitando o comprometimento de fontes de recursos.

Ao setor contábil, cabe o registro dos atos e fatos realizados no período representando em suas demonstrações o que de fato ocorreu com o gerenciamento das fontes feitos pelos gestores.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve registro de passivos contingentes.

Divulgações não financeiras:

Não houve necessidade de divulgação de informações de natureza não financeiras tendo em vista as características da(s) entidade(s).

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não houve registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da(s) entidade(s).

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não há registros de ajustes decorrentes da omissão e de erros de registros.

Saldos significativos de caixa e equivalente de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial:

Não houve saldos significativos de caixa mantidos e não disponíveis para uso imediato por restrição legal ou controle cambial.

Informações relevantes sobre transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa:

Não houve transações de investimentos e financiamento que não envolvem o uso de caixa.

Descrição de ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o balanço patrimonial:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BP e necessitem de ajustes.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de

Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalentes de caixa, créditos a curto prazo, demais créditos e valores a curto prazo, investimentos e aplicações temporárias a curto prazo, estoques, ativo não circulante mantido para venda e variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (Realizável a longo prazo, créditos a longo prazo, investimentos temporários a longo prazo, estoques, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, Imobilizado e Intangível).

No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de curto prazo, empréstimos e financiamentos a curto prazo, fornecedores e contas a pagar a curto prazo, obrigações fiscais a curto prazo, demais obrigações a curto prazo e provisões) e Passivo não Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, empréstimos e financiamentos a longo prazo, fornecedores e contas a pagar a longo prazo, obrigações fiscais a longo prazo, provisões a longo prazo, demais obrigações a longo prazo e resultado diferido).

No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta as contas mínimas de Capital Social e Resultados Acumulados.

Em quadro específico são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial.

Ao final do balanço são evidenciados em quadro próprio as contas do sistema compensado ou de controle com destaque para os atos potenciais dos ativos e passivos.

O balanço mostra também quadro próprio com o superávit/déficit financeiro com códigos, descrição e saldos das fontes de recursos, inclusive as que apresentam valores negativos.

Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Foram utilizados os atributos (P) para "Permanente" e (F) para "Financeiro" quanto as contas patrimoniais. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

Descrição de ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis (Resolução TCE-PE):

Não houve lançamentos de ajustes ou omissões.

Ativos imobilizados obtidos a título gratuito (Item da Resolução TCE-PE):

Não houve bens recebidos por doação no exercício.

Transferência de Ativos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Não houve transferência de ativos para outras entidades que ensejem registro na entidade de origem.

Ativos Intangíveis obtidos a título gratuito (Item Anexo da Resolução TCE-PE):

Não houve doação de ativos intangíveis no exercício.

Componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos (Item do Anexo Resolução TCE-PE):

Na mensuração dos bens do imobilizado foi utilizado um único critério de mensuração para toda a classe do ativo.

Detalhamento das Políticas de Ajustes, Depreciação, Amortização e Exaustão:

Os bens móveis e imóveis adquiridos no exercício foram registrados de forma sintética no patrimônio das entidades do município a custo histórico deduzidos os valores correspondentes a depreciação e amortização.

Relação de Provisões e Passivos Contingentes:

Não houve durante o exercício, relação de provisões e passivos contingentes inerentes ao mesmo fenômeno contábil.

Informações de Passivos Contingentes:

Não foram realizados registros de passivos contingentes que acarretem estimativa de seus efeitos financeiros, indicação de incerteza em relação à periodicidade de saída, bem como da possibilidade de algum reembolso.

Perdas da Dívida Ativa (NBC T SP 03 – item 97 e 98):

Não houve cancelamento de dívida ativa relevantes e ou concessão de descontos tributários que afetem a meta fiscal estabelecida na LDO.

Informações adicionais (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve situações relativas a passivos reconhecidos sujeitos a transferência de ativos, ou empréstimos subsidiados, bem como não houve ativos reconhecidos sujeitos a restrições ou recebimentos antecipados em relação a transações sem contraprestação. Não houve registro de passivos perdoados.

Probabilidade de Benefícios Econômicos ou Potencial de Serviços (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve entradas de benefícios econômicos ou potencial de serviços prováveis que se sujeitem a estimativas financeiras de recebimentos.

Avaliações Externas de Mensuração de Provisões (NBC T SP 03 – Item 103):

Foi realizada avaliação externa para mensuração das provisões de ordem atuarial pelo Atuário contratado pelo RPPS pelo atuário *LC Kogut –Assessoria e*

Consultoria Atural destacado acima na avaliação atuarial.

Teste de Imparidade (Impairment) (MCASP 11ª Edição):

Não houve a realização de testes de imparidade de ativos com interrupção do poder de geração de caixa.

Ganhos e Perdas decorrentes de Baixas no Imobilizado:

Até o fechamento deste balanço o setor de patrimônio não disponibilizou informações inerentes a ganhos ou perdas decorrentes de baixas no imobilizado.

Passivos reconhecidos referentes a Ativos Transferidos (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos referentes a ativos transferidos.

Passivos reconhecidos em relação a Empréstimos Subsidiados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos reconhecidos em relação aos empréstimos subsidiados que estão sujeitos a condições sobre os ativos transferidos.

Ativos reconhecidos que estão sujeitos a Restrições e a Natureza de tais Restrições (NBC T SP 01 – Item 106):

Não há ativos reconhecidos que estão sujeitos a restrições.

Recebimentos Antecipados em relação a Transações sem Contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve recebimentos antecipados em relação a transações sem

contraprestação.

Passivos Perdoados (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve passivos perdoados durante o exercício.

Heranças, Presentes e Doações (NBC T SP 01 – Item 107):

Não houve recebimento de heranças, presentes e doações no exercício.

Ativos Contingentes (NBC T SP 03 – Item 105):

Não houve ativos contingentes com entrada de benefícios econômicos ou potenciais de serviços.

TESTE DE IMPARIDADE (IMPAIRMENT):

Não houve teste de imparidade durante o exercício

**PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP)
CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
-------------------	--	----------	---	------------

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 1

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS				
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		8.314.530,93	5.418.310,89	PESSOAL E ENCARGOS		73.056.392,86	79.465.460,57
IMPOSTOS		7.918.355,17	5.139.064,76	REMUNERAÇÃO A PESSOAL		56.967.598,32	58.780.166,20
TAXAS		396.175,76	279.246,13	ENCARGOS PATRONAIS		16.073.651,37	20.685.294,37
CONTRIBUIÇÕES		22.782.733,88	22.776.767,60	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		15.143,17	0,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		21.483.231,33	21.492.109,44	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		24.257.780,49	21.982.625,19
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.299.502,55	1.284.658,16	APOSENTADORIAS E REFORMAS		21.808.614,08	19.949.250,03
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		86.597,62	852.173,43	PENSÕES		2.336.066,41	2.016.597,60
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		86.597,62	852.173,43	BENEFÍCIOS EVENTUAIS		0,00	16.777,56
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		2.942.018,85	1.558.962,88	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		113.100,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DE MORA		662.583,21	492.558,73	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		52.326.194,65	41.356.775,80
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		2.267.148,18	1.066.404,15	USO DE MATERIAL DE CONSUMO		8.617.246,65	12.026.053,07
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		12.287,46	0,00	SERVIÇOS		37.930.817,66	26.109.460,05
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		197.309.047,56	147.298.891,02	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		5.778.130,34	3.221.262,68
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		36.640.933,51	33.699.117,82	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		327.270,81	503.709,35
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS		160.668.114,05	113.599.773,20	JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		0,00	503.709,35
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		2.616.890,67	526.757,00	JUROS E ENCARGOS DE MORA		3.500,64	0,00
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		2.616.890,67	526.757,00	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		323.770,17	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		256.040.271,28	5.727.724,73	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		50.266.838,55	33.832.067,08
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		18.342.828,00	143.152,44	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		36.640.933,51	33.714.077,08
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		237.697.443,28	5.584.572,29	TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS		13.601.905,04	117.990,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	Nota 1	490.092.090,79	184.159.587,55	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		24.000,00	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL (DÉFICIT)		0,00	31.347.642,88	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		222.217.510,95	2.304.696,01
TOTAL		490.092.090,79	215.507.230,43	REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS		3.261.054,06	90.264,91
				INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		0,00	2.214.431,10
				DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS		218.956.456,89	0,00
				TRIBUTÁRIAS		1.749.273,76	910.579,77
				IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		0,00	910.579,77
				CONTRIBUIÇÕES		1.749.273,76	0,00
				CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS		0,00	0,00
				OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.906.711,07	35.151.316,66
				PREMIAÇÕES		14.915,00	305.751,60
				RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES		4.890,00	0,00
				INCENTIVOS		473.748,50	18.500,00
				DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		1.413.157,57	34.827.065,06

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEZEMBRO(31/12/2025)

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 2

CONSOLIDADO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS							
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS				VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
				TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	Nota 2	426.107.973,14	215.507.230,43
				RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERÁVIT)	Nota 3	63.984.117,65	0,00
				TOTAL		490.092.090,79	215.507.230,43

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA
PREFEITO
ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER
CONTADOR CRC 017454/O-PE
ASSINADO DIGITALMENT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

ANEXO 15 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

DEZEMBRO(31/12/2025)

CONSOLIDADO

Orçamento Programa - Exercício de 2025

Pág.: 3

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
(DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA)			
ESPECIFICAÇÃO	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO		4.030.325,24	7.413.759,57
INVESTIMENTOS		4.030.325,24	7.413.759,57
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO		3.729.757,81	3.245.799,81
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		3.729.757,81	3.245.799,81
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		0,00	1.639.051,88
ALIENAÇÃO DE BENS/AMORTIZAÇÃO DE EMPRESTIMOS(RECEITAS)		0,00	1.639.051,88

ARMANDO PIMENTEL DA ROCHA

PREFEITO

ASSINADO DIGITALMENT

JULIERME BARBOSA XAVIER

CONTADOR CRC 017454/O-PE

ASSINADO DIGITALMENT

Prefeitura Municipal de Itambé
Estado de Pernambuco

Notas Explicativas ao
Demonstrativo das Variações
Patrimoniais – DVP
Consolidado

Demonstração Contábil Consolidada
Resolução N° 300/2025

2025

NOTAS EXPLICATIVAS DEMONSTRATIVO DE VARIAÇÕES

PATRIMONIAIS CONSOLIDADO

Conforme Anexo da Resolução 300/2025

A Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (DVPM) foi elaborada em conformidade com o Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 5, da Parte V, da 11ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 1.131/2021, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e patrimonial utilizados na elaboração desta demonstração sofreram interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento desta demonstração foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 10.540, de 05 de novembro de 2020. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições.

A Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (DVPM), evidencia as alterações quantitativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária indicando o resultado patrimonial do exercício.

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado, podendo ser classificadas em:

- a) Quantitativas: quando aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.
- b) Qualitativas: quando alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o valor do patrimônio líquido.

As variações quantitativas estão subdivididas em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), cujo confronto resulta na apuração do Superávit ou Déficit Patrimonial do exercício financeiro.

A demonstração foi escriturada em observância ao conteúdo da IPC nº 05, apresentando-a, todavia, no sexto nível e não no segundo, procedendo-se à exclusão das movimentações de natureza intra orçamentária.

A Prefeitura Municipal de Itambé concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral".

Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana.

Para tanto, em sua estrutura consta secretarias, departamentos, fundos especiais, entre outros órgãos da administração direta e indireta. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Bases de mensuração utilizadas:

Em conformidade com a NBC TSP nº 11, e alinhados a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o detalhamento das variações patrimoniais diminutivas (VPD) foram estruturadas por natureza, inexistindo legislação local que estabelece o critério por função.

Foram utilizados o custo histórico para o registro dos fenômenos contábeis, sendo excepcionalmente aplicados outros modelos de quantificação.

A apuração do resultado patrimonial consistiu no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de

competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício.

No quadro principal da DVP as contas de VPA e VPD foram detalhadas até o 3º nível do PCASP que trata de subgrupo, melhorando a qualidade da informação contábil.

A soma das contas da VPA e VPD poderão constar acima ou embaixo de cada grupo de contas.

A DVP foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP.

Não houve compensações entre contas de VPA em relação a contas de VPD.

Integram a VPA todas as receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município.

Integram a VPD todas as despesas orçamentárias efetivas realizadas pelo município.

Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida nos normativos da Legislação nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 1.131/2021, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07.

Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Conjunta STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 e Normas Brasileiras

de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35.

Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

Em situações de utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores ao de referência, o balanço patrimonial demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Nos casos de reabertura de créditos adicionais, especificamente especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, o balanço patrimonial apresentará situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Para levantamento do balanço foram utilizadas as classes 5 (orçamento aprovado), grupo 2 (previsão da receita e fixação da despesa), e classe 6 (execução do orçamento), grupo 2 (realização da receita e execução da despesa). No quadro principal as receitas serão apresentadas por natureza. Enquanto para as despesas, será utilizada a classificação funcional complementarmente à classificação por natureza.

As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 11ª edição.

No quadro da execução de restos a pagar não processados, foram

informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência deverão compor o quadro da execução de restos a pagar processados.

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

No quadro de execução de restos a pagar processados, foram informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Foram informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.

A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constantes.

Para estruturação do balanço e consequente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extra orçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extra orçamentários e apropriadas orçamentariamente para cada caso.

Foi incluído no saldo do exercício anterior e para o exercício seguinte a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014.

Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 11ª Edição, tanto em relação a estrutura do

plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00.

Tendo em vista a faculdade prevista na NBC TSP nº 12, quanto a contabilização dos juros e similares, o sistema de contabilidade foi parametrizado para registra tais fatos contábeis, caso tenham existido, no grupo de atividades operacionais.

Durante o exercício não houve transações de investimentos e financiamentos (como por exemplo os leasings), que não envolveram o caixa ou equivalentes de caixa que necessitassem de notas explicativas.

Impostos, Taxas e Contribuições De Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras, compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos etc.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e

encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados. O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados devem ser computados no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuadas nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Novas normas e políticas contábeis alteradas

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas na DVP.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

Constituições de provisões:

Não houve constituições de provisões em contas de passivo que implicassem em registros nas variações patrimoniais.

Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado.

O Regime Orçamentária adotado pelo Município é o de Regime Misto (Caixa para Receitas e Competência para Despesas).

O período a que se refere o orçamento.

Exercício de 2025.

As entidades abrangidas.

As entidades públicas abrangidas pela Demonstração são Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Previdência Social, Fundo de Educação e Câmara Municipal de Vereadores.

Referencias Cruzadas e Notas Explicativas

Nota 1) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS: As variações patrimoniais aumentativas do exercício totalizaram R\$ 490.092.090,79 (Quatrocentos e Noventa Milhões e Noventa e Dois Mil e Noventa Reais e Setenta e Nove Centavos).

Nota 2) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS: As variações patrimoniais diminutivas do exercício totalizaram R\$ 426.107.973,14 (Quatrocentos e Vinte e Seis Milhões e Cento e Sete Mil e Novecentos e Setenta e Três Reais e Quatorze Centavos).

Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO: O resultado econômico do exercício foi de R\$ 63.984.117,65 (Sessenta e Três Milhões e Novecentos e Oitenta e Quatro Mil e Cento e Dezessete Reais e Sessenta e Cinco Centavos) superavitário. Este resultado foi impactado pela diferença do total das variações aumentativa e do total das variações diminutivas.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.

Demais informações:

Não houve durante o exercício, registro de passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos com interferência na DVP.

Para este demonstrativo não houve durante o exercício, necessidade de divulgação de informações não financeiras decorrentes dos objetivos e políticas de gestão de risco financeiro e pressupostos de estimativas.

A descrição de saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou de controle cambial, estão divulgadas no balanço financeiro, demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial, tendo em vista tal informação não constar na DVP.

Da mesma forma, foi dado igual tratamento nas demonstrações citadas, para as informações correlatas a transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa ou informações relacionadas a ajustes de retenções.

Não foram contratadas linhas de crédito no exercício.

Itens mais relevantes que compõem a VPA e a VPD:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)		
Relevância	Descrição da Conta	Valor
1.º	Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 231.697.443,28
2.º	Transferências Inter governamentais	R\$ 160.668.114,05
3.º	Transferências Intragovernamentais	R\$ 36.640.933,51
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)		
Relevância	Descrição da Conta	Valor
1.º	Desincorporação de Ativos	R\$ 218.956.455,89
2.º	Remuneração a Pessoal	R\$ 56.967.598,32
3.º	Serviços	R\$ 37.930.817,66

VPA e VPD de Repasse a maior ou menor do FPM (Portaria STN nº 327/2001):

Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

Não houver ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de impairment.

Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos.

Constituição ou reversão de provisões:

Houve constituição de provisões matemáticas do Estudo Atuarial elaborado pelo atuário Luiz Claudio Kogut MIBA 1308 da empresa LC Kogut Consultoria e Assessoria Atuarial, elaborado conforme MCASP vigente para o exercício e a IPC 14 (Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS), conforme print abaixo:

ANEXO 3.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Ano-Base: 2026 Data-Base: 31/12/2025

Contas	Discriminação	Valores (em R\$)
1.2.1.1.2.08.00	CRÉDITOS PARA AMORTIZAÇÃO DE DEFICIT ATUARIAL - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - INTRA OFSS	1.476.061.115,43
1.2.1.1.2.08.01	VALOR ATUAL DOS APORTES PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00
1.2.1.1.2.08.02	VALOR ATUAL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL SUPLEMENTAR PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	1.476.061.115,43
1.2.1.1.2.08.03	VALOR ATUAL DOS RECURSOS VINCULADOS POR LEI PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL	0,00
1.2.1.1.2.08.99	OUTROS CRÉDITOS DO RPPS PARA AMORTIZAR DEFICIT ATUARIAL	0,00
2.2.7.2.0.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	1.444.561.264,41
2.2.7.2.1.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	1.444.561.264,41
2.2.7.2.1.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.1.01.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.01.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.1.02.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	0,00
2.2.7.2.1.02.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.03.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	937.192.552,23
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	974.036.824,79
2.2.7.2.1.03.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO APOSENTADO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	21.625.235,77
2.2.7.2.1.03.04	(-) CONTRIBUIÇÕES DO PENSIONISTA PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	218.869,92
2.2.7.2.1.03.05	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	15.000.166,87
2.2.7.2.1.03.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.1.04.00	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	507.368.712,18
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSÕES/OUTROS BENEFÍCIOS A CONCEDER DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	959.844.278,20
2.2.7.2.1.04.02	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ENTE PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	208.986.590,52
2.2.7.2.1.04.03	(-) CONTRIBUIÇÕES DO ATIVO PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	195.496.760,86
2.2.7.2.1.04.04	(-) COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	47.992.214,64
2.2.7.2.1.04.99	(-) OUTRAS DEDUÇÕES	0,00
2.2.7.2.2.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS	0,00
2.2.7.2.2.01.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.01.01	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	0,00
2.2.7.2.2.02.00	FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.2.7.2.2.02.03	(-) COBERTURA DE INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - FUNDO EM REPARTIÇÃO - BENEFÍCIOS A CONCEDER	0,00
2.3.6.2.1.01.00	RESERVAS ATUARIAIS - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	192.089.844,65
2.3.6.2.1.01.01	RESERVA ATUARIAL PARA CONTINGÊNCIAS	192.089.844,65
2.3.6.2.1.01.02	RESERVA ATUARIAL PARA AJUSTES DO FUNDO	0,00

 Fonte: LC KOGUT - Assessoria e Consultoria Atuarial
 Atuarial Responsável: Luiz Cláudio Koerut - MIBA 1.308

Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da Execução Orçamentária do Exercício Atual e Anterior:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as incorporações de ativos:

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	
Descrição	Valor
Aquisição de Estoques	
Aquisição de Bens Móveis	R\$ 2.587.794,19
Construção e aquisição de Bens Imóveis	R\$ 1.442.531,05
Aquisição de Títulos e Valores	
Investimentos	
Outras Incorporações de Ativos	
Total	4.030.325,24

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as desincorporações de passivos:

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	
Descrição	Valor
Amortização da Dívida Pública	R\$ 3.729.757,81
Amortização de Precatórios	
Outras desincorporações de passivos	
Total	3.729.757,81

INCOPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Não houve incorporações de passivos:

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	
Descrição	Valor
Tomada de Empréstimos	
Outras Incorporações de Passivos	
Total	

DESINCOPORAÇÃO DE ATIVOS:

A seguir consta tabela detalhada com as desincorporações de ativos:

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	
Descrição	Valor
Cobrança da Dívida Ativa	
Alienação de Estoques	
Alienação de Bens Móveis	
Alienação de Bens Imóveis	
Alienação de Títulos e Valores	
Recebimento de Empréstimos	
Outras Desincorporações de Ativos	
Total	-

Montante de Recebíveis reconhecidos em relação a Receita sem contraprestação:

Não houve registro de contraprestação durante o exercício

Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):

Não houve alienação de ativos durante o exercício.

Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, **apresentando as variações patrimoniais aumentativas (VPAS)**: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras, Transferências e Delegações Recebidas, Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.

Quanto as variações patrimoniais diminutivas (VPDS) o demonstrativo evidencia: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados;

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

O demonstrativo apresenta o resultado econômico do exercício, além de apresentar em coluna separada os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

**PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP)
CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:**

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP				
Ação	Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Adoção de Procedimentos Internos no Sistema Orçamentário	Contador	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado
-------------------	--	----------	---	------------

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos eventos por regime de competência	Contador	-	Implantado

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos Eventos, evidenciando os saldos dos ativos e passivos	Contador	-	Implantado

Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Patrimonial e Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência, 13 salário, férias e etc	Contador	-	Implantado

Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial	Contador	-	Implantado

Ação	13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das obrigações com fornecedores	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	14. Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidênciação das demais obrigações por competência	Contador	-	Implantado

Ação	15. Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação de ativos intangíveis	Contador e Depto. De patrimônio	-	Implantado

Ação	17. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil e Patrimonial	Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos investimentos permanentes	Contador	-	Implantado

Ação	18. Reconhecimento, mensuração e evidênciação dos estoques.			
-------------	--	--	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Almoxarifado	-	Implantado

Ação	19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demais aspectos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP	Contador e Depto. De Patrimônio	-	Implantado

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS - PARTE III DO MCASP				
Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - FUNDEB			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da Receita pelo valor bruto	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - OPERAÇÕES DE CRÉDITOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização da receita e despesa com amortização; principal e encargos	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização de receitas e despesas previdenciárias	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - DÍVIDA ATIVA			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Registro Contábil	Contabilização do ativo, reconhecimento, encaminhamento e inscrição	Contador	-	Implantado
-------------------	---	----------	---	------------

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - PRECATÓRIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Contabilização dos principais fatos relacionados aos precatórios	Contador	-	Implantado

Ação	Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - CONSÓRCIOS			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
				Não iniciada

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP				
Ação	Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP				
Ação	Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Registro Contábil	Demonstrativos contábeis exigidos	Contador	-	Implantado